

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DO ENSINO DA FILOSOFIA EM PORTUGAL

Manuel Dias Duarte

Professor Auxiliar Convocado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias na Licenciatura de Filosofia

Para escrevermos sobre a história do ensino da Filosofia em Portugal não seria necessário recuarmos tão longe quanto a Idade Média, se não fosse a personalidade e a obra de Pedro Hispano (1270-1277) se impor como figura incontornável de professor de Filosofia. Contando-se entre os primeiros a comentar de um ponto de vista cristão a obra de Aristóteles, foi durante o seu pontificado que Etienne Tempier coligiu as célebres 217 teses heréticas contra os averroistas latinos e, em particular, contra Sigério de Brabante. Como professor, as suas *Súmulas de Lógica* foram o livro básico para todos os manuais de lógica que se escreveram entre os séculos XIII e XVI e, mesmo depois, entre os neotomistas continuou como obra de referência até aos nossos dias¹. Definindo a dialética como a “arte das ciências, a ciência das ciências, indicando o caminho para o princípio de todos os métodos”, é por todos os alunos conhecida a sua inovação de designar cada um dos dezanove modos válidos das quatro figuras silogísticas por um nome latino de três sílabas².

A nossa vocação filosófica, mais para o ensino do que para a investigação e a reflexão, continua-se, no século XVI, numa perspectiva escolástica-tomista agora em luta contra as ideias renascentistas e reformistas, na obra dos chamados Conimbricenses (Pedro da Fonseca e outros)³. E com este curso, durante o período filipino (1580-1640), instala-se definitivamente no nosso ensino, o espírito da Contra-Reforma. Não sem razão, os séculos XVII e XVIII vão assistir entre nós a um confronto, por vezes bastante agudo, entre a escolástica contra-reformista e o empirismo e o racionalismo modernos.

Reforma e Contra-Reforma

O Renascimento em Portugal é de pouca duração. Conheceu uma *plêiade* notável de experimentalistas e empiristas como Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Garcia da Orta ou Gomes Pereira, mas as suas concepções epistemológicas e científicas não chegarão à Universidade⁴.

¹ Veja-se, por exemplo: Jacques Maritain, *Éléments de Philosophie. II L'ordre des concepts. Petite Logique*, 1923.

² São eles:

1ª figura – Barbara, Celarent, Darii, Ferio

2ª figura – Cesare, Camestres, Frestino, Baroco

3ª figura – Darapti, Disamis, Datisi, Felapton, Bocardo, Ferison

4ª figura – Bramantip, Camenes, Dimaris, Fesapo, Fresison

A escolha dos nomes não é arbitrária. As consoantes ajudam o aluno a reduzir os modos da 2ª, da 3ª e da 4ª figuras aos modos da 1ª.

³ O *Curso dos Conimbricenses* foi seguido em muitos colégios europeus, inclusive no de La Flèche onde estudou Descartes.

⁴ Estão eles aliás na origem de uma linhagem de pensadores e de educadores portugueses que nunca entrarão na Universidade. É por essa razão que, no séculos posteriores, se quisermos encontrar defensores do mecanicismo cartesiano, do racionalismo ou do naturalismo e mesmo do materialismo, dentro de país, temos que investigar entre as instituições militares trabalhando para a Corte, e as instituições médicas, nunca a instituição universitária dominada pela Escolástica.

Os que por lá ensinam, como Pedro Nunes, vêm-se em grandes apuros. Desde que o Papa Alexandre VI estabeleceu a censura, em 1501, mas particularmente a partir do Concílio de Latrão de 1517, quando todos os livros precisam de autorização do bispo local para ser publicados, as novas ideias só com muita dificuldade se disseminariam entre nós. A tarefa da censura é entregue aos Jesuítas, em 1540, e em 1555 dominam o ensino secundário, no conhecido "Colégio das Artes". Em 1564, por Alvará Régio, Portugal aceita aplicar todas as decisões saídas do Concílio de Trento. Podemos então dizer que o Renascimento cedo acaba entre nós e aquilo a que assistimos é a uma Contra-Reforma efectiva.

O lugar da Filosofia no *Ratio Studiorum*

Em rigor, podemos começar a falar do ensino da Filosofia em Portugal a quando da institucionalização da Contra-reforma educativa encetada pela Companhia de Jesus. Na realidade, o mais antigo documento relativamente bem estruturado que se refere ao ensino da Filosofia é o *Ratio Studiorum* de 1599.

Sem entrarmos necessariamente em grandes pormenores, recordemos que o sistema educativo jesuíta compreendia um «Curso de Filosofia» de 3 anos, que poderemos fazer corresponder aos actuais 10º, 11º e 12º anos. E o currículo filosófico distribuía-se da seguinte maneira:

- 1.º ano – Lógica e Introdução às ciências; um professor; duas horas por dia;
- 2.º ano – Cosmologia, Psicologia, Física; duas horas por dia; Matemática (na nova reforma), uma aula por dia;
- 3.º ano – Psicologia, Metafísica, Filosofia moral; dois professores, duas horas por dia.

O mais interessante desta Contra-Reforma são as sugestões de ordem pedagógica e didáctica transformadas em regras e exigidas aos professores. Ao todo 20 parágrafos para as Regras do Professor de Filosofia. Vale a pena citar alguns⁵:

1. *Fim*. – Como as artes e as ciências da natureza preparam a inteligência para a teologia e contribuem para a sua perfeita compreensão e aplicação prática e por si mesmas concorrem para o mesmo fim, o professor, procurando sinceramente em todas as cousas a honra e a glória de Deus, trate-as com a diligência devida, de modo que prepare os seus alunos, sobretudo os nossos para a Teologia e acima de tudo os estimule ao conhecimento do Criador.
2. *Como seguir Aristóteles*. – Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé. Semelhantes argumentos de Aristóteles ou de outro filósofo, contra a fé, procure, de acordo com as prescrições do Concílio de Latrão, refutar com todo vigor.

3. *Autores infensos ao Cristianismo*. – Sem muito critério não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhes cobrem afeição.

4. *A verrois*. – Por essa mesma razão não reuna em tratado separado as digressões de Averrois (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) e, se alguma cousa boa dele houver de citar, cite-a sem encórios e, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte⁶.

5. *Não se filiar em seita filosófica*. – Não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como a dos Averroistas, dos Alexandristas e semelhantes; nem dissimule os erros de Averrois, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir-lhes a autoridade.

6. *Santo Tomás*. – De Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião.

Prescreve igualmente algumas regras de didáctica específica, mais concretamente, como hoje dizemos, de hermenêutica do texto filosófico:

12. *Estima do texto de Aristóteles*. – Ponha, toda a diligência em interpretar bem o texto de Aristóteles; e não dedique menos esforço à interpretação do que às próprias questões. Aos seus alunos persuada que será incompleta e mutilada a filosofia dos que ao estudo do texto não ligarem grande importância.

13. *Que textos se devem explicar e como*. – Todas as vezes que deparar com textos célebres e muitas vezes citados nas disputas, examine-os cuidadosamente, conferindo entre si as interpretações mais notáveis afim de que, do exame do contexto, da força dos termos gregos, da comparação com outros textos, da autoridade dos intérpretes mais insígnies e do peso das razões, se veja qual deve ser preferida. Examinem-se por fim as objecções que, se por um lado não devem esmiuçar demasiadamente, por outro, não se deverão omitir, se têm certa importância.

14. *Escolha a ordem das questões*. – Escolha com muito cuidado as questões; as que não se prendem imediatamente ao pensamento principal de Aristóteles, mas derivam ocasionalmente de algum axioma por ele referido de passo, se em outros livros se tratam expressamente para eles as remeta, do contrário explique-as logo em seguida ao texto que as sugerir.

15. *As questões a ser introduzidas entre os textos*. – As questões que por si pertencem à matéria da qual disputa Aristóteles não se tratem senão depois de explicados todos os textos que ao assunto se referem, no caso em que se possam expor em uma ou duas lições. Quando, porém, se estendam mais como são os relativos aos princípios, às causas, ao movimento, então nem se espraie em longas dissertações nem antes das questões se explique todo o texto de Aristóteles, mas de tal modo com elas se combine que depois de uma série de textos se introduzam as questões com eles relacionadas.

Nos § 9, 10 e 11 determina-se com clareza «o que deve ensinar-se ou omitir» nos respectivos três anos do curso e quais os autores de referência:

9. *O que se deve ensinar ou omitir no primeiro ano*.

§ 1. No primeiro ano explique a Lógica (...), menos ditando do que explicando os pontos mais necessários por Toledo ou Fonseca.

⁵ Citamos a partir de Leonel Franca, S. J., *O método pedagógico dos Jesuítas. O "Ratio Studiorum". Introdução e Notas*, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952.

⁶ Notável esta referência a Averrois no ensino da Filosofia e em princípios do século XVI.

§ 2. Nos prolegômenos da lógica discuta somente se é ciência, qual o seu objecto, e alguns pontos sobre os géneros e as espécies; a discussão completa sobre as ideias universais remeta-as para a metafísica, contentando-se aqui de noções elementares.

§ 3. Sobre os predicamentos exponha os pontos mais fáceis como, mais ou menos, se acham em Aristóteles, o mais remeta para o último ano; quanto, porém, à analogia e à relação, que ocorrem com muita frequência nas disputas, trate na lógica o que for necessário.

§ 4. Dê um rápido sumário do 2.º livro e dos dois primeiros livros da *Analytica priora* com excepção dos oito ou nove primeiros capítulos do primeiro livro; exponha, porém, as questões com eles relacionadas, mas muito brevemente a relativa aos contingentes na qual não trate coisa alguma sobre o livre arbítrio.

§ 5. Afim de que o segundo ano possa consagrar-se inteiramente à Física, no fim do primeiro ano desenvolva de modo mais completo o tratado da ciência, e nele inclua quase toda a introdução à Física como a divisão das ciências, abstracção, especulativa e prática, subalternação, diferença de métodos da física e da matemática, de que trata Aristóteles no 2.º livro dos *Físicos*, e por fim tudo o que acerca da definição se encontra no 2.º livro do *De Anima*.

§ 6. Quando ao conteúdo do livro dos *Tópicos* e de *Sofisticis Elenchis*, é preferível que o disponha em melhor ordem e explique sumariamente no princípio da lógica.

10. No segundo ano.

§ 1. No segundo ano, os oito livros *Physicorum*, os livros do *De Coelo* e o primeiro do *De Generatione*. Dos oito livros *Physicorum* dê sumariamente os textos do livro 6º e 7º e do 1º a começar do ponto em que refere as opiniões dos antigos. No livro 8º nada exponha do número das inteligências, nem da liberdade, nem da infinidade do primeiro motor. Estas questões serão discutidas na metafísica e somente segundo a opinião de Aristóteles.

§ 2. O texto do 2º, 3º e 4º livro do *De Coelo* deverá ser dado brevemente e em grande parte omitido. Nestes livros só se tratam algumas poucas questões sobre os elementos; sobre o Céu, as que se referem à sua substância e influências; as outras deixem-se ao professor de matemática ou reduzam-se a compêndio.

§ 3. Os livros *meteorológicos* percorram-se nos meses de verão na última hora da tarde pelo professor ordinário, se possível, ou, se parecer mais conveniente, por um professor extraordinário.

11. No terceiro ano.

§ 1. No terceiro ano explicará o livro segundo do *De Generatione*, os livros *De anima* e os *Metafísicos*. No primeiro livro do *De anima* passe rapidamente por cima das opiniões dos filósofos antigos. No segundo, explicado o que se refere aos órgãos dos sentidos, não faça digressões sobre a Anatomia e outros assuntos que pertencem ao estudo da medicina.

§ 2. Na metafísica passem-se por cima as questões relativas a Deus e ao mundo das inteligências que, ou de todo ou em grande parte, dependem das verdades ensinadas por divina revelação. Explique com cuidado o proêmio e o texto do livro 7º e do 12º; dos outros livros escolham-se, em cada um os textos principais como fundamento das questões que pertencem à metafísica⁷.

Todas estas indicações metodológicas e deontológicas decorriam de outra Regra mais geral que prescrevia que de entre os professores “os que forem inclinados a novidades ou demasiado livres nas suas opiniões deverão, sem hesitações, serem afastados da magistério” (*Regras do provincial*, 16)⁸.

Tal era o programa de Filosofia destinado aos alunos dos Colégios, Universidades e Seminários pertencentes à Companhia de Jesus espalhados às centenas por todas as colónias portuguesas e espanholas, programa que vigorou sem alterações durante os séculos XVII e XVIII e até finais do primeiro quartel do século XIX.

A Filosofia Methodica de Bento da Vitória

E os jovens cujos pais não almejavam para os seus filhos uma carreira eclesiástica, mas pretendiam, não obstante, que eles adquirissem alguns conhecimentos gerais antes de lhes entregarem a administração dos seus bens? Possuímos uma pequena *Filosofia Methodica que comprehende em seis Compendios a Logica, Methaphysica, Fysica, Ethica, Politica e Oeconomica* e que nos esclarece um pouco sobre o ensino doméstico e o respectivo programa que os preceptores deviam ministrar aos seus alunos particulares.

O manual, se assim lhe podemos chamar, no formato de livro de bolso, consta de 158 páginas, da autoria do beneditino Bento da Vitória (?-1752?), capelão da casa de António Guedes Pereira, do Conselho de sua Majestade e alcaide-mor de Lamego e Condeixa, etc., etc., foi publicado em 1731, ano do início da construção do Aqueduto das Águas Livres, e escrito «para o uso particular de quem desejava comprehender os princípios filosóficos, de modo que mais facilmente se pudessem entregar à memória» (Dedicatória). É portanto um manual escrito não em latim, mas em português, recheado de definições, divisões, classificações, quadros e chavetas, de ponta a ponta.

A consulta do «Index do que se contém nas sessoens destes Compendios» basta para ficarmos com uma ideia do que se julgava necessário um grande senhor fundiário, semi-feudal (estamos no século XVIII), saber em matéria de Filosofia. Transcrevemos o índice na íntegra, com a grafia actualizada⁹:

FILOSOFIA METÓDICA

Disputa única: Da Filosofia em comum

Sec. I: Que coisa seja Filosofia; Sec. 2: Da divisão da Filosofia por razão do objecto; Sec. 3: Da divisão da Filosofia por respeito do fim; Sec. 4: Da divisão da Filosofia por respeito dos graus.

⁷ Para os professores de Filosofia Moral, estabelecia o *Ratio Studiorum* umas quantas regras mais. Citemos apenas a primeira:

1. *Officio* – Saiba que seu dever é não fazer digressões para questões teológicas, mas, seguindo brevemente o texto, explicar com doutrina e solidez os capítulos principais da ciência moral que se encontram nos 10 livros da *Ética* de Aristóteles.

⁸ Foi o que aconteceu, entre muitos outros, a Soares Lusitano, simpatizante do cartesianismo e que acabou por ser expulso da Companhia.

⁹ Para comodidade de leitura, todos os elencos programáticos, deste e dos manuais a seguir analisados, serão transcritos com a grafia actualizada.

DA LÓGICA

Disp. I. Da invenção

Sec. 1: Da voz; Sec. 2: Dos predicáveis; Sec. 3: Dos predicamentos; Sec. 4: Dos argumentos em comum; Sec. 5: Das causas e efeitos; Sec. 6: Do sujeito e adjunto; Sec. 7: Dos antecedentes, consequentes, conexos e relatos; Sec. 8: Dos dissêntâneos, diversos, opostos, disparados, contrários, relatos, adversos, contradicentes e privantes; Sec. 9: Dos comparados; Sec. 10: Dos conjugados e da noção; Sec. 11: Da distribuição; Sec. 12: Da definição; Sec. 13: Dos testemunhos.

Disp. II. do juízo

Sec. 1: Do axioma ou proposição em comum; Sec. 2: Das espécies de axiomas; Sec. 3: Das afecções absolutas dos axiomas; Sec. 4: Das afecções respectivas dos axiomas; Sec. 5: Dos silogismos imperfeitos; Sec. 6: Do silogismo simples; Sec. 7: Do silogismo composto; Sec. 8: Do silogismo demonstrativo e tópico; Sec. 9: Do silogismo sofístico; Sec. 10: Do método.

DA METAFÍSICA

Disp. I. da Universal parte da Metafísica

Sec. 1: Da definição e objecto da Metafísica; Sec. 2: Das partes da Metafísica; Sec. 3: Do ente e da sua contracção; Sec. 4: Das propriedades do ente; Sec. 5: Das definições do ente; Sec. 6: Prossegue-se a divisão; Sec. 7: Da divisão do ente em acto e potência; Sec. 8: De outras divisões do ente; Sec. 9: Do princípio e principiado; Sec. 10: Da causa e causado; Sec. 11: Do sujeito e adjunto; Sec. 12: Do sinal e signado; Sec. 13: Do mesmo e diverso; Sec. 14: Do primeiro e posterior; Sec. 15: Do todo e partes; Sec. 16: Da medida e mensurado.

Disp. II. Da particular parte e especial da Metafísica

Sec. 1: Da substância; Sec. 2: Da distinção da substância; Sec. 3: Prossegue a distinção; Sec. 4: Do acidente; Sec. 5: Da quantidade; Sec. 6: Da qualidade; Sec. 7: Da relação; Sec. 8: Da acção; Sec. 9: Da paixão; Sec. 10: Do quando, ubicação, situação, hábito e privação.

DA FÍSICA

Disp. única. Da Física universal e particular

Sec. 1: Da definição de Física; Sec. 2: Das partes da Física, princípios e afecções; Sec. 3: Do movimento e quietação; Sec. 4: Da quantidade, lugar e tempo; Sec. 5: Do mundo; Sec. 6: Do céu; Sec. 7: Das estrelas; Sec. 8: Dos elementos em comum; Sec. 9: Dos elementos em particular; Sec. 10: Das primeiras, segundas e terceiras qualidades; Sec. 11: Da mistura e temperamento; Sec. 12: Dos corpos mistos; Sec. 13: Dos meteoros ígneos; Sec. 14: Dos meteoros áqueos; Sec. 15: Dos corpos aéreos; Sec. 16: Dos metais, pedras, etc.; Sec. 17: Das plantas; Sec. 18: Dos animais; Sec. 19: Da alma vegetativa; Sec. 20: Da alma sensitiva; Sec. 21: Da alma racional.

DA ÉTICA

Disput. Única. Das Virtudes Morais.

Sec. 1: Da definição da ética e do seu fim; Sec. 2: Da virtude moral, meio para alcançar o fim da ética; Sec. 3: Da causa eficiente; Sec. 4: Da acção invicta; Sec. 5: Do objecto das virtudes morais; Sec. 6: Do adjunto; Sec. 7: Da fortaleza; Sec. 8: Da temperança; Sec. 9: Da liberalidade; Sec. 10: Da modéstia e magnanimidade; Sec. 11: Da mansidão; Sec. 12: Da afabilidade; Sec. 13: Da urbanidade; Sec. 14: Da veracidade; Sec. 15: Da taciturnidade; Sec. 16: Da justiça; Sec. 17: Das virtudes imperfeitas; Sec. 18: Das virtudes intelectuais.

DA POLÍTICA

Disp. única. Da Política em comum e particular

Sec. 1: Da definição e objecto da Política; Sec. 2: Dos súbditos; Sec. 3: Do magistrado; Sec. 4: Dos conselheiros; Sec. 5: Da administração; Sec. 6: Das causas destruidoras da república; Sec. 7: Da divisão da república; Sec. 8: Da primeira república; Sec. 9: da confederação.

DA ECONOMIA

Disp. única. Da economia conjugal, paterna e senhoril

Sec. 1: Da definição e divisão da economia; Sec. 2: Da sociedade conjugal; Sec. 3: Da sociedade paterna; Sec. 4: Da sociedade senhoril; Sec. 5: Da sociedade com os hóspedes e peregrinos; Sec. 6: Da sociedade mutila; Sec. 7: Das possessões; Sec. 8: Do modo de adquirir as possessões; Sec. 9: Da conservação e ampliação das possessões.

A análise deste pequenino manual exigiria largo estudo. É notável que, em 1731, Bento da Vitória nem sequer aluda às regras do método de Descartes, para não falarmos já da tão polémica teoria cartesiana da substância. Que igualmente seja omissa na cosmologia da teoria heliocêntrica de Copérnico, pois como sabemos estava proibida pelo *Ratio*.

Empiristas e Racionalistas e as duras críticas contra a Escolástica

Após 1640, a Escolástica conimbricense continuará a dominar o ensino. Em 1649, o Provincial da Companhia recomenda de novo a fidelidade a São Tomás e os *Oitavos Estatutos* da Universidade de Coimbra, confirmados por D. João IV, em 1653, ordenam o mesmo. Em 1651, na Instrução sobre os Estudos Superiores foram acrescentadas mais 65 teses cartesianas e gassendistas expressamente proibidas de serem citadas nas aulas. Em 1663, é proibida a leitura de qualquer obra de Descartes e a sua desobediência castigada em tribunal. Em 1706, ao rol das interdições são acrescentadas mais trinta teses contra Descartes, Malebranche e Leibniz. O *Index Expurgatório Lusitano* resolve simplificar e proibir pura e simplesmente "quaisquer livros em língua inglesa, flamenga e tudesca (ainda que não sejam nomeados no catálogo) para efeito que nenhum se possa ter nem ler, sem primeiro apresentar ao Santo Ofício e se examinar a sua qualidade" (Regra X). A Bíblia em português era igualmente proibida.

Imperando a filosofia escolástica e dominando o ensino a Companhia de Jesus, todo aquele que se aventurasse pelos caminhos modernos do empirismo e do racionalismo corria sério risco de vida. A menos que se exilasse antes da Inquisição o apanhar. Assim aconteceu com Francisco Sanches, Isaac Cardoso, Uriel da Costa, Manuel Bocarro Francês, Verney, Ribeiro Sanches entre os mais conhecidos.

Luís António Verney

Fora do país, ficarão: na história do ensino, o iluminista Ribeiro Sanches (1699-1783); e para a história do ensino da Filosofia, o eclético Luís António Verney.

Nascido em Lisboa em 1713, Verney tinha trinta e três anos quando publicou o seu *Verdadeiro método de estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcionada ao estilo e necessidade de Portugal* (1746). Defensor do heliocentrismo, do mecanicismo atomista de Galileu e de Newton, do empirismo e do liberalismo de J. Locke, a obra imediatamente anatematizada pelos Jesuítas, veio no entanto contribuir para a reforma do ensino e, particularmente, do ensino da Filosofia.

Para Verney, a Filosofia “é o conhecimento das coisas que há neste mundo e das nossas mesmas ações e modo de as regular para conseguir o seu fim”¹⁰:

Eu suponho que a Filosofia é *conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas...*: saber qual é a verdadeira causa que faz subir a água na seringa é Filosofia; conhecer a verdadeira causa porque a pólvora, acesa em uma mina, despedaça um grande penhasco, é Filosofia; outras coisas a esta semelhantes, em que pode entrar a verdadeira notícia das causas das coisas, são Filosofia” (*Verdadeiro Método de Estudar*, Clássicos Sá da Costa, 1950, vol. III, pág. 39).

A Teologia e a Teodiceia, porque relevando da fé e da revelação, não pertencem então ao domínio da Filosofia, ao domínio da razão. Apenas a Lógica, a Física e a Ética tem estatuto de ciências filosóficas. A Lógica é o “método e regra que nos ensina a julgar bem e discurrir acertadamente”, definição esta tipicamente empirista e lockeana. A Física é o “conhecimento da natureza de todas as coisas”. A Ética é a “parte da Filosofia que mostra aos homens a verdadeira felicidade e regula as ações para a conseguir”.

Por estas definições, apercebemo-nos de imediato que Verney está em total oposição à filosofia escolástica e jesuítica. “As mexerufadas da Escolástica, escreve na Carta 14ª, “são o melhor segredo que se tem achado para não entender bem matéria alguma”. A Lógica tradicional, por exemplo, “não dá nenhuma utilidade, antes causa suma confusão”:

“Isto é o mesmo que se um carpinteiro tomasse um aprendiz e, em lugar de lhe ensinar como se há-de servir dos instrumentos, fizesse longuíssimos discursos sobre a diversidade de instrumentos de carpinteiro, contando-lhe miudamente que a alguns não agradam aqueles instrumentos, que a outros que se deviam fabricar de outra maneira e todo o tempo passasse com isto” (*Idem*, vol. III, pág. 48).

Outra razão que cuida ser “mais forte”, para não se seguir a lógica silogística escolástica, “vem a ser que o silogismo não serve em modo

algum de ajuda à razão para que aumente os seus conhecimentos e neles discorra bem (*idem*, pág. 55).

Para Verney “o método de filosofar não se deve seguir porque diz este ou aquele autor, mas porque a razão e experiência mostram que se deve abraçar”. Recusando o princípio da autoridade, defenderá – e nisto aproxima-se dos iluministas – que “a Verdade e a Razão é uma só”. A crítica à Escolástica e ao silogismo, bem como o plano da Lógica que propõe, segue passo a passo o *Ensaio sobre o entendimento humano* de Locke, cujas páginas plagia. E tal como Locke, também Verney é contra o inatismo cartesiano: “Nós não trazemos da barriga da mãe, escreve, conhecimento algum: todos os adquirimos depois de nascidos”. E conclui

“São pois os sentidos as principais portas pelas quais entram as ideias na alma. Uma destas ideias entram por um sentido... outras entram por dois sentidos... Algumas ideias originam-se em nós com a meditação ou reflexão...

Unindo as ideias que entram pelos sentidos, forma a alma muitas outras ideias (*idem*, págs. 83-84).

Verney é anticartesiano em Epistemologia, pois considera que Descartes é um passo atrás em relação a Bacon e Galileu, já que foi ele “o primeiro que fez um sistema ou inventou hipótese para explicar todos os fenómenos naturais”. É verdade que Descartes e Gassendi com o seu racionalismo, foram “os primeiros que sacudiram o jugo de Aristóteles, [mas] ainda que fossem antiaristotélicos nos fundamentos, muito se inclinavam ao Peripato no método”. Para tornar o seu sistema verosímil, fundam-se “em suposições e não em provas”. Diferentemente é o método dos empiristas, particularmente do “famoso Newton”: “Não se admitem já hipóteses; não se faz caso do que não se prova concludentemente; põem-se os olhos na experiência e procura-se dar razão provável daquilo que se vê” (*idem*, pág. 201).

É com este método que se deve abordar a Física. Verney recusa a “teoria do turbilhão” cartesiana e aceita o mecanicismo de Galileu e Newton. Assim, quem quiser dedicar-se aos estudos físicos deve começar primeiro por estudar Geometria, Aritmética e Álgebra, a verdadeira Lógica que à semelhança de Azevedo Fortes, Verney opõe à lógica aristotélica-tomista. Sem as matemáticas não se pode “abaixar às experiências acompanhadas de raciocínio”:

“Quem não segue esta estrada, perde o seu tempo. Nós não temos conhecimento imediato das naturezas; unicamente temos dois meios para o conseguir: observar as propriedades e ver se, mediante alguma resolução, podemos chegar a conhecer os princípios de que se compõe esta ou aquela entidade física. Este deve ser o primeiro emprego do físico: observar e discurrir. Não devemos querer que a Natureza se componha segundo as nossas ideias; mas devemos acomodar as nossas ideias aos efeitos que observamos na Natureza” (*idem*, pág. 190).

Consequente com o naturalismo epistemológico bem expresso na última frase, Verney pergunta: “Que semelhança tem a lógica de

¹⁰ Citaremos sempre a partir de: Manuel Dias Duarte, *História da filosofia em Portugal, nas suas conexões políticas e sociais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, pp. 61-66.

Aristóteles com alguns modernos que eu vejo? Tanto como o dia com a noite". É verdade que os filósofos materialistas jônicos e particularmente Demócrito e Epicuro disseram "muita coisa boa para aquele tempo". Mas "não tinham os Telescópios para observar astros, os Engiscópios para os invisíveis" e outros instrumentos modernos como o microscópio, etc. Esta a razão porque

"antigamente os Filósofos não viam nos animais senão aquilo que podem observar os carneiros; nas árvores aquilo que sabem os carpinteiros; não tinham mais conhecimento das plantas do que pode ter um jardineiro; nem dos metais sabiam outra coisa senão o que sabe um fundidor. Mas hoje os Filósofos fazem anatomia em todas estas coisas; e explica-se a disposição orgânica de muitas destas partes como se explica a disposição de um relógio..." (*idem*, pág. 196).

A teoria mecanista enfureceu particularmente os jesuítas escolásticos. Seguindo as teorias de Descartes e Boerhaave, Verney considera a Medicina uma "continuação da Física", pois mais de "três partes (dela) são pura Filosofia", isto é, ciências físico-naturais. Por isso recomenda que ninguém poderá ser bom médico sem conhecimentos de matemática e sem admitir que "o nosso corpo é uma máquina hidráulica muito mais perfeita que um relógio" (*idem*, pág. 13). Opondo-se a Galeno e Avicena, médicos aristotélicos, Verney nega que a vida seja resultado de qualquer forma espiritual, roçando deste modo o mecanicismo biologista. Para Verney quer o corpo quer a alma são máquinas:

"Tomemos ao exemplo de um relógio que parou porque se entortou um dente de uma roda ou se rompeu a cadeia. Também eu posso dizer que entrou a forma cadavérica no dito relógio, porque lhe faltou a última disposição para a forma de relógio que produzia o movimento. Mas, dizendo isto, mostro nunca ter visto um relógio; e qualquer relojoeiro me dirá que sou louco; que não há tais formas que sejam vida de relógio, ou por cuja falta ele pare; mas que tudo consiste no simples artifício, o qual não se pode mover se alguma roda se desmancha ou se embaraça. O mesmo digo do corpo humano..."

Se advertisse muito bem isto, o Peripatético reconheceria quantas falsidades afirma quando diz que a alma racional é aquela que faz com que viva o corpo, que está unida ao corpo por uma união corpórea, etc. Nada tem que fazer a alma espiritual com a vida física do corpo, sendo certo que a alma não pode fazer coisa que não conheça e a alma ignora o que sucede dentro do seu corpo...

Isto bastava para enganar os Peripatéticos e mostrar-lhes que esta tal vida não depende da alma e, consequentemente, que outra coisa é a que a tem em pé. Se acaso, conservando-se a máquina inteira, Deus separasse a alma do corpo, sem dúvida que este corpo viveria e se conservaria como actualmente se move" (*ob. cit.*, Vol. IV, pág. 27).

Os princípios matemáticos, as leis da Mecânica e a "constante experiência" são os fundamentos de todo o ensino e prática médicas e filosóficas. Apesar de sacerdote e católico, Verney, abraça em matéria de religião, o deísmo e remete para a Teologia as provas da existência de Deus, da Alma, dos Anjos, das suas qualidades, relações, etc. Reconhecendo que há "tantos homens que negam a espiritualidade da alma" e a

própria existência de Deus – muitos dos quais com quem conversou –, confessa que "ainda até não se acharam provas que a pusessem [à existência de Deus] longe de toda a objecção e tapassem a 'boca aos Ateístas. Também nunca viu "converter herege algum com forma silogística, nem Hebreu ou Ateísta" e acha mesmo que o único caminho é não convencê-los com os nossos argumentos, mas mostrar que os argumentos deles é que não têm fundamento. Este espírito de tolerância leva-o a confessar reconhecer que todas as religiões são "veneráveis"¹¹.

Verney é para muitos historiadores das ideias deveras importante como pedagogo. Em matéria de Filosofia, considerava que o estudante deveria começar pelo estudo da História da Filosofia e só depois entrar nos estudos respectivos da Lógica (no 1.º ano), da Física (no 2.º ano) e da Ética (no 3.º ano). O espírito filosófico, isto é, "um juízo prudente e crítico, capaz de fazer observações úteis e discorrer com fundamento sobre as causas de qualquer efeito natural" deveria despir-se do gosto pelas disputas donde nasceram todas as "arengas a que se chama Filosofia neste país". Os escolásticos passando a vida "no seu cubículo" são como os cegos: "ambos falam do que não viram, um porque não tem olhos e o outro porque os não quer ter". A Metafísica, por seu turno, deveria ser irradiada dos estudos filosóficos: "Metafísica Intencional é pura Lógica; Metafísica Real é pura Física; e tudo o mais são puerilidades". O *Verdadeiro método de estudar*, ao criticar a metafísica escolástica em favor da abordagem empírica da natureza, foi imediatamente posto no *Index*¹².

Contrariamente à opinião expressa no *Verdadeiro método de estudar* de que se deveria escrever em português, os manuais por ele escritos são todos em latim¹³. Em Portugal, nenhum deles se tornou também manual de estudo, nunca foram reeditados nem sequer traduzidos até hoje. Em contrapartida a sugestão de se estudar Lógica e Metafísica, no ensino secundário, pelas obras de António Genovesi, o tradutor italiano das obras de Locke, e a Ética pelas de Heinécio, igualmente escritas em latim fez carreira até à Reforma Setembrista de 1836.

¹¹ A este espírito de tolerância em matéria de religião corresponde a defesa do liberalismo em matéria política. A Ética de Verney é muito influenciada pelos *Pensamentos concernentes à educação* de Locke. Segundo Verney, todos "os Homens nascem livres e todos são igualmente nobres" (*idem*, p. 267). Se a Sociedade está dividida em senhores e súbditos a razão é que "não se obedecendo a alguém confundia-se toda a Sociedade humana". Além disso, mostra "a boa razão que no estado em que a natureza humana se acha, não se pode conservar [a sociedade] sem obedecer a alguém", afirmação tanto surpreendente quanto deixa antever a possibilidade de um dia a natureza humana se desenvolver ao ponto de já não ser necessária a divisão social. Verney é ainda um iluminista quando acredita no aperfeiçoamento da natureza humana e no progresso do conhecimento científico.

¹² Mas as reedições sucedem-se no ano seguinte (1747) e ainda em 1748. A reacção ultramontana vê-se obrigada a responder gerando-se deste modo uma das mais célebres polémicas de todos os tempos em Portugal. Acusam-no de "mau português", ignorante, plebeu e heterodoxo. Exigem um auto-de-fé e já que "o autor verdadeiro não aparece, paguem por ele os seus escritos e sirvam de estátua a seu autor". Outros ainda querem que seja chicoteado e até apunhalado. É evidente que Verney nunca mais pode regressar à Pátria.

¹³ *De Conjungenda philosophia cum theologia* (1747); *Apparatus ad philosophiam et theologiam* (1751); *De re logica* (1751); *De re metaphysica* (1753); *De re physica* (1769).

Verney morreu em 1792, três anos depois de iniciada a Revolução Francesa, e não se conhece qualquer opinião sua sobre tal acontecimento histórico, nem a tradição nos legou qualquer informação.

A Recreação Filosófica de Teodoro de Almeida

Fiel ao ideário verneyano mais eclético que iluminista, temos Teodoro de Almeida (1722-1804), padre oratoriano e maçônico e autor da celebre *Recreação Filosófica ou Diálogo Sobre a Filosofia Natural*, em 10 volumes, que escapa às malhas da censura.

A publicação, iniciada em 1751, destina-se particularmente «para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas» e «porque não têm instrução das línguas estranhas se vêm impossibilitados para ouvir e entender a verdade» (*Dedicatória* da 1.^a ed.). A *Recreação Filosófica* dirige-se, pois, «não tanto para os que estão cultivados com estudos profundos, como para aqueles, que por falta de livros na língua materna vivem sem instrução» (*ibidem*). A obra terminou de se publicar em 1799, mas foi sucessivamente reeditada até meados do séc. XIX e parece ter sido particularmente acolhida entre o público feminino, mesmo em Espanha onde gozou de certa difusão.

Os seis primeiros volumes versam sobre a Filosofia natural e estão divididos não por Capítulos, mas por Tardes, tardes de diálogo filosófico entre Teodósio (defensor da filosofia moderna), Eugénio (homem da corte que se deseja instruir) e Sílvia (médico e peripatético). O tomo I compreende 4 Tardes e abre (mas só a partir da sua 3.^a edição), com um «Discurso Preliminar sobre a História da Filosofia». As matérias são como se segue¹⁴:

Tarde I – Em que se dá uma breve notícia das partes de que constam todas as coisas naturais em comum, das propriedades que têm e particularmente do movimento da Gravidade geral em todas;

Tarde II – Principia-se a tratar do Movimento e das Máquinas de levantar grandes pesos com facilidade;

Tarde III – De todo o outro Movimento além do da Gravidade;

Tarde IV – Trata-se do peso e movimento dos corpos líquidos.

No tomo II, por sua vez

Tarde V – Trata-se da luz, suas propriedades e efeitos; Tarde VI – Trata-se das cores e também das reflexões e, refrações dos raios corados; Tarde VII – Trata-se do som, cheiro e sabor; Tarde VIII – Trata-se do Calor, do Frio e de outras qualidades que pertencem ao sentido do Tacto; Tarde IX – Expõem-se as principais dificuldades que os Peripatéticos oferecem contra os Modernos: Parte I – Trata-se do argumento que se deduz dos Acidentes Eucarísticos; Parte II – Trata-se da segunda dificuldade contra o sistema moderno acerca da alma dos Brutos.

No tomo III,

Tarde X – Trata-se dos elementos em comum e em particular do elemento do fogo; Tarde XI – Trata-se do fogo que com o calor passa de uns corpos para os outros. Da região do fogo, dos fogos subterrâneos, do fogo da pólvora, etc.; Tarde XII – Trata-se do elemento da Água; Tarde XIII – Do elemento do Ar; Tarde XVI – Dos efeitos mais notáveis do peso do ar, como do seu elástico; Tarde XV – Dos efeitos mais notáveis do elástico do ar e do elemento da terra.

O tomo IV

Na Tarde XVI – Trata do sentido da vista; Tarde XVII – Da Dioptrica. Tarde XVIII – Da Catoptrica ...; Tarde XIX – Dos sentidos do homem externos e internos, da voz humana, do sono, vigia, e outras coisas deste género; Tarde XX – Da fábrica do corpo humano; Tarde XXI – Continua-se a tratar da fábrica do corpo humano.

O tomo V trata

Tarde XXII – Dos Brutos em comum; Tarde XXIII – Dos Insectos em comum; Tarde XXIV – Das partes dos Insectos; Tarde XXV – Dos insectos em particular; Tarde XXVI – Das aves; Tarde XXVIII – Dos Peixes, Mariscos e Animais terrestres; Tarde XXVIII – Das Árvores, Flores e Frutos.

O tomo VI trata dos Céus e do Mundo

Tarde XXIX – Dos Céus e Astros em comum; Tarde XXX – Do Sol e da Lua em particular; Tarde XXXI – Dos mais planetas em particular, cometas e estrelas; Tarde XXXII – Dos movimentos dos astros comparados entre si; Tarde XXXIII – Da, causa física do movimento dos astros e das leis que perenemente observam; Tarde XXXIV – Dos efeitos que nascem da figura e situação do globo da Terra a respeito dos astros; Tarde XXXV – Do Globo da Terra considerado em si mesmo e da sua atmosfera.

O tomo VII versa sobre a Filosofia Racional, A 1.^a edição é de 1768 e as suas matérias estendem-se por dez tardes filosóficas.

Tarde XXXVI – Introdução à filosofia racional; Tarde XXVII – Da nossa imaginação e modo com que obra; Tarde XXXVII – Dá-se notícia do entendimento e das suas ideias; Tarde XXXIX – Das enfermidades do nosso entendimento e seus remédios; Tarde XL – De outras enfermidades do entendimento que lhe vêm de fora, onde se trata da Arte Crítica; Tarde XLI – Do bom uso das nossas ideias; Tarde XLII – Do juízo ou sentença que dá o nosso entendimento; Tarde XLIII – Do discurso bem formado; Tarde XLIV – Dos sofismas ou discursos maliciosos; Tarde XLV – Do método.

O tomo VIII – Sobre Metafísica – trata

Tarde XLVI – De algumas doutrinas importantes prévias à Metafísica; Tarde XLVII – Dos axiomas e gerais para todas as ciências, artes e discursos; Tarde XLVIII – Das propriedades comuns a toda coisas; Tarde XLIX – Da grandeza e pequenez propriedades também comuns a todas as coisas; Tarde L – Da natureza da nossa Alma e suas perfeições.

¹⁴ Seguimos, salvo informação em contrário, a edição de 1835. Apenas nas citações respeitámos a grafia original. Aliás, todas as “novas impressões” da obra foram sempre “mais correctas” que as precedentes”, como se avisa no frontispício de cada edição.

Segundo as palavras de Teodoro de Almeida, no Volume VIII tratara já da Ontologia e da Psicologia. Necessitava agora da Teologia Natural. A isso o destina o volume IX subintitulado: *Harmonia da razão e da religião ou Respostas filosóficas aos argumentos dos incrédulos que reputam a religião contrária à Boa Razão*. São quinze tardes assim repartidas:

Tarde I – Que as matérias da religião se devem tratar com muito respeito, atenção e cuidado; Tarde II – Do estilo com que se deve averiguar a verdade nas matérias da religião; Tarde III – Sobre a existência de Deus; Tarde IV – Sobre os mistérios da nossa religião em comum; Tarde V – Sobre a lei natural e luz da razão e necessidade das leis positivas; Tarde VI – Sobre a Matéria e o Espírito; Tarde VII – Da espiritualidade e imortalidade da alma; Tarde VIII – Sobre a religião revelada em comum; Tarde IX – Sobre o Pecado Original; Tarde X – Sobre a máxima que diz: Fora da Igreja não há salvação; Tarde XI – Sobre o interesse que Deus tem nas nossas ações; Tarde XII – Sobre o culto devido a Deus, interior e exterior; Tarde XIII – Sobre a estabilidade divina e sobre o fogo vingador da outra vida; Tarde XIV – Sobre a Graça Divina e Conceição da Senhora; Tarde XV – Sobre a confissão auricular.

Finalmente, o vol. X trata sobre a Filosofia moral ou sobre os costumes.

Tarde XVI – Das obrigações do Homem para com Deus, tiradas do que ele fez no Universo, para bem do Homem; Tarde XVII – Das obrigações que temos para com Deus deduzidas do que Deus fez no Homem para cômodo do Homem; Tarde XVIII – Das obrigações do Homem para consigo mesmo; Tarde XIX – Das obrigações do Homem para com os outros homens.

Todas as Tardes de todos os volumes se subdividem em parágrafos cada qual com seu título por vezes bem extenso. Ao todo são 340 parágrafos.

Para Teodoro de Almeida, «todos sabem que a Filosofia dilata os seus Ramos por toda a parte: e que, segundo a materia sobre que discorre, tem diversos nomes que a caracterizão». Assim temos a Filosofia Natural ou Física, a Filosofia Racional ou Lógica, a Filosofia Transnatural ou Metafísica, a Teologia Natural ou Filosofia de Deus e a Filosofia Moral ou Ética. Ter começado a recreação filosófica pela História da Filosofia, tê-la prosseguido com a Física e culminá-la com a Ética não foi procedimento arbitrário. No último volume da obra, o décimo, escreve Teodoro de Almeida:

«Agora quanto á ordem, já mais de huma vez disse que tratar da Logica logo no principio da instrução da mocidade, he conduzilla logo por huma casa escura, marrando com mil cousas que molestão sem lhe fazer ver nada que agrade: porque sem a Fysica que lhe dê exemplos de discursos, tudo he ir ás apalpadelas, sem ver cousa que dê gosto. Por isso introduzi o discipulo logo pelo Jardim ameno da Fysica, que agrada, encanta, e dá appetite de querer saber, alegra os ânimos e convida a discorrer.

Depois disso a Logica ajudada da Fysica e Geometria, tem nestas sciencias bons exemplos dos seus dictames; e então a theorica cahindo sobre a prática, se entende com summa facilidade.

A Metafysica tendo a base da Fysica e da Logica, vão com duas azas acima da Natureza; e com esse mesmo vôo vai a Theologia Natural conhe-

cendo a Harmonia pasmosa, que tem a Razão, sua primeira condutora, com o que depois a Religão ensina.

Tendo já os meus discipulos a sua razão costumada a passos seguros, e pausados, podem maduramente julgar no perigoso combate das Paixões, que tanto perturbão a Razão quando discorre na matéria dos Costumes. Em qualquer materia que seja, sempre ha contestações, que no fim da contenda deixão duvidosa a verdade mais patente; porém nunca ha tanto receio desta desordem, como na materia dos costumes, em que as paixões são atacadas nas suas proprias trincheiras. Por isso nesta materia devemos ter mais madureza no discurso, do que viveza de engenho; mais prudencia, e cautela. Eis-aqui porque da Filosofia Moral sempre se deve tratar mais no fim dos estudos; e eu a reservei para o fim da minha Obra, e talvez da minha vida, já bem cançada, por ter principiado a publicar esta Recreação há cinquenta anos» (*Rec. Fil.*, vol. X. Prólogo, Lisboa, ed. de 1834).

Não podemos concluir esta brevíssima monografia sobre Teodoro de Almeida sem nos referirmos ao método por ele preconizado no ensino da filosofia. Como oratoriano e adversário dos Jesuítas, não vê como opor ao método de ensino destes, claramente expositivo e pitagórico-aristotélico (*magister dixit*, comentário do texto, etc.) senão o método socrático-platônico e dialógico. Escreve então:

“Sílvio: Não sei que Methodo he esse, que vós tanto encareceis, que he diverso deste de syllogismos encadeiados, de que usamos nas aulas: nunca usei de outro methodo senão deste, até nas conversações.

Teodósio: O Mhetodo, a que chamão Socratico, ou de Sócrates, he mui claro e mui proprio de conversação, porque he cheio de politica, de perguntas, e respostas; o que tudo he mui frequente nas conversações familiares. Consiste o seu artificio em obrigar o nosso contrario a que explique tanto a proposição que defende, e todas as suas consequencias, que vem a apparecer manifestamente a contradicção, ou absurdo que nella se encerrava” (*Recreação Filosofica*, Tomo VII, Lisboa, 1805, págs. 430-431).

Não temos conhecimento de que esta sugestão tenha sido elegida nos Programas subsequentes até aos nossos dias.

O iluminismo de Manuel de Azevedo Fortes e de Ribeiro Sanches

Podemos datar o aparecimento do movimento iluminista com as *Conferências Discretas e Eruditas* que se realizaram, em 1696, no palácio do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1674-1743). O próprio conde, durante uma das suas intervenções declara-se inimigo da “filosofia que se contenta só com os discursos e sem demonstrações nem experiência” (*Extratros Académicos*, 1738)¹⁵.

Iluminista e cartesiano é, sem dúvida, Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), engenheiro-mor do Reino, a partir de 1719. Da sua obra,

¹⁵ Xavier de Meneses defende o experimentalismo e a liberdade de crítica. Em 1697, traduz a *Arte Poética* de Boileau, em 1739 a *Histoire de Charles XII* de Voltaire a quem elogia em 1741, e corresponde-se com o libertino Pierre Bayle. Tudo o que estava ainda em manuscrito perdeu-se durante o terramoto de 1755.

toda escrita em português, destacamos, para o nosso propósito, a sua *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*, de 1734.

Azevedo Fortes é um declarado opositor da lógica aristotélica, das “definições essenciais” porque “defeituosas”, da “lógica do juízo” pela “mui pouca da sua utilidade”, entenda-se, na engenharia de fortificações e na balística. Para ele, a árvore de Porfírio está errada pois a divisão correcta deveria ser “em substância cogitante e extensa”. Em conclusão: “Com o que temos dito me parece desnecessário tudo o mais que se trata nas escolas”¹⁶.

A metodologia cartesiana, pelo contrário, parece-lhe “mais conforme com a razão”. Seguindo Descartes e os mestres de Port-Royal, considera indissociáveis a lógica e a moral sendo infecundas todas as lógicas que “para alcançar a verdade não procuram primeiro descobrir a origem e causa dos nossos erros”¹⁷. Para Azevedo Fortes o juízo é um acto da vontade e, por conseguinte, há que vencer as nossas paixões da alma causa dos nossos erros. Debruçando-se sobre a querela dos universais, considera as disputas entre “realistas, nominalistas e integrais” sem razão alguma, pois em tais posições metafísicas “só têm lugar as ideias abstractas, metafisicamente tratadas (...) gastando um ano nestas inutilidades os discípulos”¹⁸.

A sua admiração por Descartes e pelo seu espírito matemático e mecanicista vai tão longe que considera que o Cartésio só errou “porque não excedeu a condição dos homens”¹⁹. E na sua *Lógica* segue de perto o *Discurso do Método*, enumera de memória as quatro regras do método, salienta o papel epistemológico da dúvida, compara o *cogito* ao argumento semelhante de Santo Agostinho, etc.

António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), foi educado, em casa, na leitura de Plutarco e Montaigne e, pelo pedagogo Pina e Proença, no racionalismo leibniz-wollfiano. Fugido de Portugal, viajou por Inglaterra tornando-se amigo de Hume; pela França, vindo a escrever artigos médicos para a *Enciclopédia*; e pela Holanda onde conviveu com o médico Boerhaave; antes de se fixar na Rússia a pedido de Catarina II. Fisiocrata em economia, e liberal em política, autor de vastíssima obra, tem particular interesse para a Filosofia e o seu ensino, as *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, escritas em 1760, ou seja, nas vésperas da fundação, pelo Marquês de Pombal, do Colégio Real dos Nobres (1761).

Criticando o ensino vigente nos colégios, “a filosofia bárbara das Escolas com o nome de *lógica, física, metafísica*, nas quais perdiam

[os alunos] o tempo de três ou quatro anos”, Ribeiro Sanches antes de mostrar quais devem ser esses estudos, enumera os cinco modos como ilustramos o nosso entendimento: pela *observação*; pela *lição*; pelo “*ensino* dos mestres de viva voz e não por postilas nem temas”; pela *conversação*; e pela *meditação*, lendo, escrevendo ou meditando pois “sem reflexão, sem uma atenção madura do que sabemos, nenhuma acção da alma seria sem defeito”²⁰.

De acordo com a sua organização curricular, devíamos começar pela História, não só a História “de quantos reis teve a monarquia”, mas também a História que “inclui o conhecimento das coisas naturais”. Assim sendo a esta História estariam associadas a Geografia, a Cronologia e a Astronomia e a História natural que “contém aquela obra de Plínio Segundo” e ainda a Óptica, a Mecânica e a Estática. Viriam em seguida, a Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Sem esquecer a Retórica e a Poética, “entram nestes estudos intermédios a *lógica e a metafísica*”. Mas adverte:

“Não se entende aqui por lógica e metafísica aquela das Escolas. Já se tem por absurdo gastar três anos a aprendê-las. A lógica e a metafísica hoje explicadas por um bom mestre é estudo de quatro meses, se se explicarem os compêndios que destas ciências se têm escrito em muitas partes da Europa.

A *física experimental* entra na mesma classe. E como já temos na nossa língua a obra intitulada *Recreação Filosófica* não necessito de nomear o seu objecto²¹.

Estes são os conhecimentos preliminares para entrar nas escolas maiores... ou Universidade real” (*ob. cit.*, pág. 169-171).

Objectar-se-á que são demasiadas matérias que “confundirão o ânimo dos meninos e rapazes, que ou ficarão estúpidos ou que tudo que aprenderão será tão superficialmente que toda esta instrução lhes venha a ser inútil” (*ibidem*). Mas já o “nosso Marinho de Mendonça nos seus *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, livro tantas vezes citado”, chamou a atenção de que a dificuldade não está na capacidade dos meninos, antes “toda ela residirá nos mestres”.

“E se dissipará se souberem ensinar com método e com ordem, explicando de viva voz um compêndio de cada ciência que ensinarem, pondo diante dos olhos umas vezes em mapas, outras em tábuas cronológicas, outras em modelos e instrumentos, e com a inspecção das mesmas cousas que ensinarem. Deste modo – perguntando, capacitando o auditório, e ficando ele mesmo inteirado que compreendem – adiantará o seu ensino” (*ob. cit.*, pág. 169-170).

Explicando de viva voz e perguntando pelo compêndio ou, como dizemos hoje em dia, recorrendo ao método dialógico-expositivo, “um menino pode, por dia, tomar quatro lições de matérias diferentes com suma utilidade da sua educação” (*ob. cit.*, pág. 170-171).

¹⁶ Cf. Manuel Dias Duarte, *História da filosofia em Portugal, nas suas conexões políticas e sociais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, pp. 55-56.

¹⁷ “Não se diga que a Moral é a outra parte da Filosofia e que se não deve tratar na Lógica, pois tem diferente objecto: a que se responde que todas as ciências têm muitas coisas comuns e reciprocamente se ajudam umas às outras” (Manuel Dias Duarte, *Ob. cit.*, p. 56).

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Cartas sobre a educação da mocidade*, Prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Porto, Editorial Domingos Barreira, Coleção Portugal, nº 25, 1950, pp. 164-165.

²¹ Referência explícita à obra de Teodoro de Almeida.

A Reforma Pombalina

Em 7 de Fevereiro de 1759, Pombal manda encerrar os colégios dos Jesuítas, decreta a sua expulsão e inicia a reforma dos estudos. As aulas de Filosofia são suspensas em todo o Reino não obstante uma recomendação do Director dos Estudos (espécie de Ministro da Educação da época), datada de 1761, que se refere os prejuízos causados pela «suspensão em que se está na abertura das aulas públicas de filosofia» e suplica a El-rei que mande «estabelecer aulas de filosofia nesta Corte, na Universidade de Coimbra, em Évora, Porto, Braga e Santarém». Tomás de Almeida (1706-86), o seu autor, avança mesmo algumas grandes linhas programáticas: «O método e o sistema», escreve, «deve ser o experimental que se hoje observa em toda a parte do mundo, mais bem instruído, e que já há muitos anos se pratica, desterrado o peripatético, sofístico e cheio de especulações inúteis e prejudiciais». Mais propunha que os professores regulares fossem substituídos pelos seculares, tese aliás perflhada por Ribeiro Sanches também.

O primeiro professor a ser nomeado dentro já do espírito da reforma pombalina foi Bento José de Sousa Farinha (1740-1820), para a Universidade de Évora, em 1764, um antigo escolástico que abraçara entretanto o ideário verneyano.

Em 1766, um grupo de mestres em Artes da Universidade de Coimbra, reconhecendo o valor da reforma dos estudos de Humanidades, protesta contra a exclusão da Filosofia, argumentando que «a Filosofia é ciência utilíssima e indispensável para todas as mais Profissões sem excluir as mechanicas». Além disso, acham-se no mesmo direito de exercer a «sua respectiva profissam».

Em 1767, abrem-se finalmente as aulas de Filosofia em Lisboa e em Coimbra, sendo nesta nomeado António Soares Barbosa (1734-1801), autor de um *Discurso sobre o bom e o verdadeiro gosto na Filosofia* (de 1766). Segundo Soares Barbosa, não devemos ser sectários de filósofo algum em particular, a Moral deve ser tratada depois da Lógica; a Lógica cartesiana deve substituir a lógica escolástica, a Física de Newton a Física aristotélica.

As propostas de Sanches e de Verney foram, a outro nível, postas em prática pelo Marquês de Pombal ao promulgar, em 1772, os novos Estatutos da Universidade de Coimbra. Neles se decreta:

“E como os sofismas Arabigos, que com discredito da Razão occupáram por tanto tempo o lugar da Filosofia, tão longe estão de corresponderem a estes grandes objectos, que pelo contrário não tem servido de outra cousa, que não fosse embarçar os entendimentos, e inficionar os Estudos *Theologicos, e Juridicos*; transformando tudo em logomachias capciosas, e sofisticas; e rematando em hum Pyrrhonismo escuro, vão, e contencioso, que tem produzido tão graves, e funestas consequências; seguindo-se tambem do mesmo fantasma vão da *Filosofia Arabiga* a ruina geral das Artes, as quaes não podem adiantar-se, e promover-se, nem tirar fruto algum de huma Sciencia irrisoria de méras palavras, e inteiramente vazia de conhecimentos fisicos, e verdades certas da natureza; Sou servido abolir, e desterrar não

sómente da Universidade, mas de todas as Escolas públicas, e particulares, Seculares, e Regulares de todos os Meus Reinos, e Domínios, a *Filosofia Escolástica*, emanada das Lições frívolas, e capciosas dos *Arabes*, debaixo de qualquer nome, ou título, com que ela seja denominada: Entendendo-se sempre por *Escolastica* toda aquella, que se compuzer de questões quodlibeticas, metafísicas, abstractas, e inúteis que com sofismas intermináveis se disputam pela afirmativa, e pela negativa; semelhantes ás que escreveram os *Commentadores de Aristoteles* em qualquer das Seitas, em que se dividiram. E os que contravierem a esta Disposição, além de serem considerados como inimigos do Bem público; e de incorrerem no Meu Real Desagrado; serão para sempre suspensos de ensinar, não somente a Filosofia, mas outra qualquer Arte, ou Sciencia, e inhabeis para obterem emprego, ou officio algum dos que se costumam das ás pessoas de Letras” (*Estatutos da Universidade de Coimbra*. Livro III, [Prâmbulo], § 4, pág. 3-4)²².

Pelos mesmos Estatutos “para que assim se observe, será a mesma Filosofia dividida em tres Profissões; a saber: Na de *Naturalistas*: Na de *Medicos*: E na de *Mathematicos*”. O “Curso Filosófico” abrangia as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, História Natural, Física Experimental e Química Teórica e Prática. A escolástica e a metafísica eram substituídas pelo experimentalismo. Na Medicina “cultive-se a *Empirico Racional*” e nos Cursos Jurídicos, “a filosofia que ele [o professor] deverá seguir será propriamente a eclética” (Cap. V, § 4).

Nos seus Estatutos se decreta que os alunos que ingressarem na Universidade «tenham um ano de filosofia no qual lhes ensinarão os professores a Lógica e a Ética». Pela mesma reforma, deveriam abrir 28 aulas de Filosofia, no continente, 3 nas ilhas e 4 nas colónias e os professores não haveriam de ser membros de corporações religiosas. Na sequência das polémicas travadas entre *escolásticos*, *racionalistas* e *empiristas*, no ensino secundário será a corrente racionalista e wolffiana que irá prevalecer.

Os manuais adoptadas reflectem a nova orientação filosófica e política. Em 1773, no ano seguinte à reforma, portanto, aparecem, editadas em Coimbra as *Institutiones Logicae in usum tironum scriptae*, um pequeno livrinho com 142 páginas e com a matéria disposta ao longo de 344 parágrafos agrupados por temas; e as *Institutiones metaphysicae*, ambas de A. Genuense (1713-1769)²³.

Terminado o estudo da Lógica e da Metafísica pelo manual do Genuense, passavam os alunos ao estudo da Ética pelo manual de Heinécio (1681-1741), igualmente, em latim: *Elementa philosophiae*

²² *Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno de MDCCCLXXII*, Livro III Que Contém os Cursos Das Sciencias Naturaes e Filosoficas, Lisboa, Regia Officina Typografica, Anno de MDCCCLXXIII, De Ordem de Sua Magestade.

²³ A propósito da escolha destes manuais, fazemos nossa a opinião de Édouard Fey: “Se a escolha recaiu em Genovesi é porque isso foi, sem dúvida, uma solução de compromisso. Verney orientava-se para o Empirismo, tal como era cultivado na Inglaterra. Genovesi aproximava-se do Racionalismo segundo as linhas de Leibniz na Alemanha e de Descartes em França. O traço característico da sua obra é porém o do compromisso eclético” (Édouard Fey, *O ensino da Filosofia em Portugal*, Lisboa, 1978, p. 20). [Constituem este volume os artigos publicados in *Brotéria*, nº 1 a 5 (Julho a Novembro), vol. 107].

*rationalis et moralis*²⁴. A obra de Heinécio gozou, porém, de menos fortuna. Apesar de ilustre representante do jusnaturalismo iluminista, Heinécio era protestante e pietista. O seu manual de Ética, por esta razão, mesmo expurgado “do veneno de alguns princípios deduzidos do Lutheranismo e do espirito sectario que aparece nelle”²⁵, não foi universalmente bem recebido entre os adeptos da reforma pombalina. Em breve seria substituído pelas *Instituições de Filosofia Prática* de Eduardo Job (1731-1821), claramente woffiano²⁶.

Esta Reforma Pombalina ou melhor, esta abertura à Filosofia moderna, não se aplicava ao grande público curioso. Abolida a Inquisição²⁷ e substituída, desde 1768, pela Real Mesa Censória, dois anos depois esta mesma fornece à polícia o rol dos autores que continuam proibidos: Voltaire, Montesquieu, Condillac, Fenelon, D'Holbach, Hervéio,

Bayle, Hobbes, Espinosa, Diderot, Newton, Locke, todos eles considerados “perversos filósofos” destes últimos tempos, que continuamente “estão inundando e infeccionando o Orbe literário com methafisicas tendentes ao Pyrronhismo ou incredulidades: à impiedade ou à libertinagem” (Regra 14ª do Regimento da Real Mesa Censória). Descartes continua ostracizado “porque o povo português ainda não está acostumado a ler no seu próprio idioma este género de escritos”.

As reformas liberais e o seu impacto no ensino da Filosofia

Por toda a Europa, durante o primeiro quartel do século XIX, a filosofia católica, escolástica e neotomista, continua mergulhada em profunda crise, impotente diante dos progressos do racionalismo, do empirismo e do materialismo. Por seu turno, a filosofia protestante, após um período brilhante com Leibniz, Wolff e Kant, o último representante da *Aufklärung*, atinge nestes anos o seu momento áureo com a denominada “filosofia clássica alemã”, com os românticos Fichte e Hegel.

Ora a filosofia protestante, por essa mesma razão, nunca recebeu aceitação entre nós, como acabamos de ver, em virtude da forte tradição católica dominante. E em verdade, a nossa cultura oficial aberta apenas à Espanha e à Itália, fechava-se a tudo o que viesse da Inglaterra e da França. Razão porque os nossos pré-românticos, admiradores de Newton e de Voltaire, ou vivessem em tertúlias fechadas ou tivessem sido obrigados a emigrar. Com a Revolução Liberal triunfante, regressaram a Portugal trazendo na bagagem o Eclectismo e o Tradicionalismo²⁸.

Não fugindo ao nosso tema — a história do ensino da Filosofia entre nós —, a primeira figura liberal a opor-se ao ensino tradicional é Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), professor de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, aos 25 anos. Acusado de jacobinismo vê-se obrigado a fugir de Portugal, em 1797, e vive na Inglaterra, França, Holanda e Alemanha onde conhece Fichte e Schelling. Expulso de Berlim por Napoleão, em 1807 dirige-se para o

²⁴ Como verificamos ambos os manuais eram escritos em latim o que exigia dos alunos um esforço despropósito para o objectivo que se pretendia. Impossibilitados de rumar contra os ventos, os seus defensores viram-se coagidos a traduzi-los. As *Institutiones logicas*, traduzidas por B. de Sousa Farinha, entre 1790 e 1850, foram reeditadas, mais de dez vezes, em simultâneo com a sua reedição em latim. É também do mesmo Sousa Farinha a tradução, em 1785, do manual de Heineccius, com o título: *Elementos de Filosofia Moral* — tirados do latim em linguagem portuguesa de edição de Nápoles de 1765.

²⁵ Opinião da Real Mesa Censória. Citada por A. Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, em *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 1966, p. 381.

²⁶ Nos anos 40, do século XIX, após a criação dos Liceus e da reforma do ensino, quer o livro de A. Genuense quer o de Job continuavam a ser adoptados. A obra de Job corria traduzida por João Baptista Correia de Magalhães que assim escrevia na “Prefação” da sua autoria: «Entre todos os compendios de Filosofia Moral o que certamente merece maior atenção he o do célebre Eduardo Job, que em resumo apresenta o que ha de melhor, em Direito Natural, combinado com o Direito Civil. A simplicidade com que expõe a sua doutrina, e a clareza com que a demonstra não sobejas provas do seu merecimento». O livro, de seu título completo: *Instituições de Filosofia Prática ou Princípios de Ética universal e particular e Direito Natural* tem apenas 118 páginas, mas as matérias do mesmo são repartidas por 275 pequenos parágrafos, como se segue:

Prolegómenos de Filosofia prática

Parte I — Prolegómenos da Ética Universal

Cap. I — Das acções humanas e da sua diferença; II — Da obrigação e da lei; III — Das penas e prémios; IV — Da virtude, vício e felicidade do homem; V — Da consciência; VI — Da imputação moral, culpa e dolo.

Parte II — Prolegómenos do Direito Natural

Cap. I — Dos officios para com Deus; II — Dos officios do homem para consigo mesmo; III — Dos officios para com os outros; IV — Dos officios do homem em razão do domínio; V — Dos officios do homem acerca das palavras; VI — Dos pactos e contratos; VII — Do estado de sociedade.

Parte III — Prolegómenos da Ética particular

Cap. I — Do amor da virtude em geral; II — Do regime dos affectos; III — Da sabedoria e prudência; IV — Da temperança e dos vícios opostos a ela; V — Da fortaleza e dos vícios contrários a ela; VI — Da justiça, mansidão, veracidade e silêncio.

(in *Instituições de Filosofia Prática, ou Princípios de Ética Universal, e Particular, e Direito Natural*. Por Eduardo Job. Traduzidos do Latim por João Baptista Correia de Magalhães, Lisboa, 1846, Typographia de Jose Baptista Morando. Rua do Moinho de Vento Nº 59. *Vende-se na Loja da Viuva Bertrand, e Filhos, junto à Igreja de Nossa Senhora das Martyres*, Nº 45).

²⁷ O último Regimento da Inquisição data de 1774. Nele se condena quem blasfemar ou proferir “proposições heréticas, temerárias ou escandalosas”, se pertencer ao povo “será agitado publicamente e condenado em degredo de galés de três a cinco anos”; sendo mulher será degradada para São Tomé ou Angola; se for “nobre e honesta” pagará uma multa em dinheiro. Para os jacobinos, as penas oscilam entre seis anos de degredo para Angola para os plebeus, e de dez anos para São Tomé ou Angola, para os nobres.

²⁸ Intelectuais influentes como Garrett e Herculano nada fizeram para alterar a atmosfera reinante em Filosofia. Em *Da educação* (1829), Garrett confessa:

“A seita philosophica dita, por seus principios, dos *espiritualistas* foi uma reacção sobre a dos *materialistas* que ia prevalecendo quase unica. Segundo acontece a todas as reacções, caiu na exaggeração. Kant, o corifeu desta philosophia, também chamada *transcendente* ou *transcendental*, he abstruso e incompreensivel como a maior parte dos philosophos germanicos. De mim, confesso que nem em Degerando o entendi e que só na “Alemanha” de Madame de Stael vim a fazer idéa do seu sistema” (*Da Educação*, 1829, p. 258).

Por seu lado, para o tradicionalista Herculano “a philosophia he triste e árida” comparada com o espírito do cristianismo. E explicita:

“Com Kant, o Universo he uma duvida; com Locke hé duvida o nosso espírito; e num destes abismos vêem precipitar-se todas as antologias... A árvore da sciencia, transplantada do Éden, trouxe consigo a dor, a condenação e a morte; mas a sua peor peçonha guardou-a para o presente: foi o cepticismo” (in *O pároco da aldeia*).

Brasil. Impedido de ingressar no “ensino público”, torna-se professor particular e, em 1813, publica as suas *Prelecções filosóficas*, um manual para os alunos estudarem as suas lições em casa e que de acordo com as palavras do autor, tem por objecto:

“1ª A *Teoria do Discurso e da Linguagem*: em que se exporão os princípios da Logica, da Gramatica Geral e da Rhetorica; 2ª O tratado das *Paixões* primeiramente consideradas como simples sensações e versando sobre matérias do Gosto, donde se deduzirão as regras da *Estética* ou da *Teoria da Eloquência*, da *Poesia* e das *Belas-Artes*, depois consideradas como actos morais, compreendidos nas idéas de virtude ou de vício, donde se desenvolverão as máximas da *Diceósina* que abrangerá a *Ética* e o *Direito Natural*; 3ª O *Sistema do Mundo* ou Cosmologia em que se tratará das propriedades gerais dos Entes ou da *Ontologia* e da *Nomenclatura das sciencias físicas e matemáticas* e daquelas mesmas propriedades se deduzirão as relações dos Entes criados com o Criador, ou os princípios da *Theologia Natural*”.

De acordo com a filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira, todo o homem, qualquer que seja o seu estado ou profissão, precisa de saber “discorrer com acerto e falar com correcção”. Tempos houve em que os filósofos julgaram que aquele que ensinasse a Arte de pensar ou a Lógica, não se devia intrometer com as regras da arte de falar, com a Gramática Geral e a Retórica.

“Mas estes tempos, que se podem chamar a infância da Sciencia, já não existem. Os philosophos que hoje respeitamos como Mestres, assentam suas doutrinas sobre a base de que a *teoria do raciocínio e do discurso* é inseparável da *teoria da linguagem*...”

Assim, a *Lógica*, a *Gramática Universal* e a *Rhetórica* vêm todas as três a não ser mais do que uma única e mesma Arte” (*Prelecções*, 1ª).

Em 1824, pretende concorrer ao prémio proposto pela Academia real de Copenhague, escreve um *Ensaio sobre psicologia* e nele defende que as ciências não passam de “línguas bem formadas”: Em 1839, publica *Noções elementares de Filosofia geral e applicada às sciencias morais e politicas – Ontologia, Psychologia, Ideologia*, onde se mostra crítico dos ideólogos e seguidor do sensualismo de Condillac. A obra foi escrita com o objectivo de:

“desaffrontar o ensino da Philosophia do insignificante Compendio [do Genovêse] que há mais de meio século, em vez de desenvolver, entorpece ou perverte a nascente intelligência da mocidade portugueza, sendo o seu unico merecimento o te-la preservado do tenebroso barbarismo dos Heráclitos da Alemanha e da brilhante phantasmagoria dos da França” (págs. VI-VII).

Em 17 de Novembro de 1836, o Setembrismo reestruturou o ensino, procurando adequa-lo aos objectivos da nova formação económica e social que saíra triunfante da Revolução Liberal. No campo da Filosofia, o empirismo de Locke e Newton e o racionalismo de Descartes e Leibniz vão ser substituídos pelo sensualismo de Cabanis e Tracy. É assim que para a Universidade, a Filosofia mantém-se, sendo as

matérias vigentes até então, substituídas pela *ideologia*, *gramática geral* e *lógica*, reforma claramente inspirada em Destutt-de-Tracy.

Os mais conservadores, como Manuel António Ferreira Tavares (1820-1853), professor nomeado, em 1844, para o Liceu Nacional de Faro e transferido para o de Lisboa, em 1846, continuam a ensinar pelos manuais do Genuense e de Job. A primeira parte das suas *Lições de Philosophia* é publicada em 1846, e a segunda parte, em 1848. Em 1845, aliás, publicara-se nova edição da *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida.

“Retocada”, como diz Almeida e Azevedo, a reforma da instrução secundária, em 1844, a filosofia de Destutt de Tracy torna-se predominantemente a filosofia oficial do programa do Ensino Secundário. À semelhança do que acontecia em França, os ideólogos, muitos dos quais tinham vindo do sensualismo de Condillac, acabaram no eclectismo à moda de Victor Cousin. O primeiro a ressentir-se da adopção do Eclectismo e do Sensualismo na Filosofia do ensino secundário, foi Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1800-1879), um adepto do *espiritualismo*, com a sua *Memória sobre a insuficiência do ensino da Filosofia Racional pelo método ordenado pelo Decreto de 17 de Novembro de 1836* (1836):

«Tive para mim que forçoso me era abandonar o Genuense e seguir nas minhas prelecções o texto de Tracy, não por inteiro, attenta a sua extensão, mas em sumario que ordenei no melhor modo que foi possível à minha inexperiência e tirocinio cathedratico...

Esta tendencia do seculo para o *espiritualismo* é que a doutrina de Cabanis e de Tracy purante *sensualista*, não pode representar; esta tendencia do seculo para ao *espiritualismo* e que de necessidade se deve manifestar aos alunos, para que conhecendo sua verdadeira posição no mundo social e intellectual, saibam com acerto e conhecimento de causa dar a devida direcção a suas ideias e acções nas sciencias da sociedade; e para que ao sair dos bancos das escolas não sirvam de mofa ao mundo, julgando-o outro do que na verdade he” » (*Memória sobre a insuficiência do Ensino de Filosofia Racional pelo Método ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836*, in *Revista Literária*, Tomo IV, Porto, 1839, pág. 128).

Outros, como Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo (1807-1886), professor de Filosofia racional e moral e princípios do direito natural, no Liceu Nacional de Braga e no Seminário diocesano desta cidade, optam por uma via conciliatória.

“Era de esperar que a reforma da instrucção secundaria, tão felizmente ensaiada em 1836 e retocada em 1844, fosse seguida de perto por uma conveniente revisão dos compendios até então adoptados. (...) Partilhando, por nossa parte, esta convicção, e desejando concorrer com o nosso humilde contingente para essa reforma... publicámos em 1843 as *Noções elementares de psychologia, ideologia e grammatica geral*, servindo de correcção e ampliação ao compendio de logica d'A. Genuense; e em 1845 as *Noções elementares d'ontologia, psychologia racional e theodicéa*, para substituir o de metaphysica” (*Compendio de Philosophia Racional contendo a psychologia empirica, a ideologia, a grammatica geral e a lógica* (1860), Prólogo, Braga, 1860, págs. 3-4).

Psicologia

Outros colegas o seguiram escrevendo novos manuais “até que o do velho Genuense foi completamente banido dos lyceus”. A reforma setembrista é bastante liberal no que toca às metodologias, ao uso dos manuais²⁹ e à sequência dos conteúdos programáticos

“É já um passo muito avançado para a desejada reforma, e gloriamonos por havermos dado o rebate por ella; mas alguma cousa resta ainda que fazer para a dirigir e completar. A multiplicidade de compendios e de systemas em uma mesma disciplina importa a anarchia na instrucção: a protecção, meramente officiosa, d’um ou d’outro, além de injusta, é repugnante e desanimadora. A lei prescreve o meio de obviar a estes inconvenientes, e a autoridade competente parece haver finalmente comprehendido a necessidade de a executar. Ainda bem; aguardemos confiadamente os factos³⁰” (*idem*, pág. 4-5).

Em 1860, ao escrever o seu *Compendio de Philosophia Racional contendo a psychologia empirica, a ideologia, a grammica geral e a lógica*, Laromiguière e a sua “escola sensualista passou de moda”, e Almeida e Azevedo é claro:

“Escusado é advertir que nos não afferámos n’este novo ensaio ao systema d’este ou d’aquelle philosopho: professamos o eclectismo qual o intendemos, como timbre invariavel da nossa escola” (*idem*, pág. 6).

Almeida e Azevedo que já repudiou a filosofia de Laromiguière e aderiu definitivamente ao eclectismo, resolveu dar outra disposição às matérias. Em seu entender: «a necessidade de encetar o estudo da filosofia pelo da psicologia é determinada pelas leis do método, que são as leis da razão, e gravíssimo erro fora fazê-lo proceder pelo da lógica ou da ontologia, como alguns pretendem» (*ob. cit.*, pág. 21). Quanto à arquitectura do manual, o *Compêndio de Philosophia Racional* de Almeida e Azevedo está recheado de citações em latim (particularmente de Séneca e de Cícero) em francês (de Condillac, Descartes, Malebranche, Reid, etc.) e de alusões a certas teses de Locke, Hume, Kant, etc. Para facilitar a leitura e o estudo, Azevedo e Almeida divide cada página em texto propriamente dito (impresso em corpo maior) e notas explicativas ao texto (em corpo menor).

²⁹ Uma novidade da reforma liberal, em contraposição ao preconizado pela *Ratio Studiorum* e pela reforma pombalina, é precisamente a ausência de manual único para o ensino da Filosofia. Cada editora tem os seus autores e aceita as regras da concorrência pelas quais se batera, desde 1820. Os livros de Job, de A. Genuense e de Teodoro de Almeida nos anos 40 são compostos na tipografia de José Batista Morando, na Rua do Moinho de Vento, n.º 59 e vendidos na Loja da Viúva Bertrand e Filhos, junto à Igreja de Nossa Senhora dos Martyres, n.º 45. Os manuais de Sousa Dória, são editados em Coimbra em Casa de J. Augusto Orcei, Rua das Fangas, n.º 1. Almeida e Azevedo é editado em Braga, pela Tipografia União, à Galeria, n.º 12. Que conheçamos é este o primeiro autor de manuais a protestar contra a proliferação dos mesmos. O seu protesto não foi em vão, pois conseguiu que os seus manuais fossem aprovados por unanimidade pelo Conselho Geral de Instrução Pública e pela Academia Real das Ciências.

O magistério de Sousa Dória

O representante máximo do Eclectismo foi José António de Sousa Dória (1814-1877). Era doutor em Medicina e professor de Geografia, Cronologia e História no Liceu de Coimbra. Nos seus *Elementos de Philosophia Racional para Uso das Escolas* (1848, 1855, 1865), compêndio escrito a convite do Conselho Superior de Instrução Pública, escreve no Prefácio da sua sétima edição (de 1868):

“Publicámos os nossos apontamentos sobre philosophia racional, não por ódio ao *Genuense*, senão por vermos, que este livro, deficiente ‘numas doutrinas, é demasiado extenso ‘noutras. Bem fracos para podêrmos formar um systema inteiramente nosso, preferimos ser *eclecticos*, em toda a extensão da palavra.

Temos bastante franqueza para dizer quaes os auctores, que, entre tantos que havemos lido, nos serviram de guia nos nossos estudos e lucubrações. Socorremo-nos, com especialidade, ao *Sr. Silvestre Pinheiro* e a *Balmes, Ubags, Amadeu Jacques, Julio Simon, Ponelle, Fanjas, Genuense e Um milhão de factos*”

...E que ‘nesta edição também nos prestaram grande auxilio os nossos illustres collegas os *Srs. Almeida d’Azevedo e Ribeiro da Costa*, e os auctores francezes *Ladevie-Rocbe, Gatien Arnoult, Rathier e Barbe*” (*ob.cit.*, pág. 5-6).

O programa de Filosofia, destinado às “aulas da quarta cadeira dos lyceus nacionais”, compreende uma *Introdução*, uma *Primeira Parte* – que trata dos “Elementos de todas as ciências” e da “Ontologia Intuitiva”; e uma *Segunda Parte* versando a Psicologia Empírica, a Ideologia, a Gramática Geral e a Lógica. Na *Terceira Parte* os alunos estudavam Ontologia Demonstrativa e Psicologia Racional. Escreve Sousa Dória: «Sendo, como é, a ontologia a base de todas as sciencias, suppozemos andar bem, começando por ella. Constitui a *primeira parte* da nossa obra» (*Elementos*, §11).

De acordo com Sousa Dória, “todos os conhecimentos humanos provêm de quatro fontes – *sentidos, consciencia, raciocínio e auctoridade* externa; mas nem todos são *philosophicos*. Para o serem requer-se, que a razão, exercendo-se reflexamente, os estude, medite e profunde” (§ 1). Assim, Dória define a Filosofia, *objectivamente* como “o *complexo de conhecimentos, provenientes das várias fontes da intelligencia humana; estudados e apurados pela razão*”; e *subjectivamente*, como “a *reflexão do homem sobre si, sobre Deus e sobre o mundo exterior*” (*ibidem*).

Tendo a Filosofia relações com todas as ciências, o seu estudo é de “grandíssima utilidade” pois ensina o verdadeiro método para chegar à verdade, “fortifica o espírito e o coração”, “fortifica os laços do corpo social, ensinando os dogmas da sã moral”, numa palavra, “leva os homens à felicidade para que foram criados” (§2).

A Filosofia dividir-se-á então em *fisica* ou *natural* e *metafisica* ou *praeternatural*. Esta subdivide-se em *racional* e *moral*. A racional sub-

divide-se por sua vez em *antropologia espiritual* e *teodiceia*. A *antropologia espiritual* tem de compreender no sistema de Sousa Dória;

1.º O estudo das faculdades, natureza e destino da alma humana – *psicologia empírica* ou *analítica e racional*.

2.º O estudo da origem, formação e espécies das nossas ideias – *ideologia*.

3.º O estudo dos princípios gerais, abstractos e comuns a todas as línguas – *gramática geral*.

4.º O estudo dos princípios e regras que nos dirigem no descobrimento e demonstração da verdade – *lógica* (§8).

Na primeira unidade didáctica – “Elementos de todas as sciencias” – Sousa Dória segue a teoria de Pinheiro Ferreira: os elementos de qualquer ciência são: os *factos*, a *nomenclatura*, a *teoria*, o *sistema* e o *método*. Os princípios que entram na formação da ciência ou são *intuitivos* ou *demonstrativos*. São intuitivos as *definições*, os *axiomas* e os *postulados*; são demonstrativos, os *teoremas*, os *problemas* e os *corolários*. Todas as ciências, quanto à natureza dos objectos dividem-se em *cosmológicas* e *noológicas*. Tanto umas como outras podem ser *positivas* ou *abstractas*. As ciências cosmológicas positivas são: as *ciências naturais* (geologia, mineralogia, fitologia e zoologia) e as *ciências físicas* (física, química). As cosmológicas abstractas compreendem a *aritmética* (álgebra, cálculo diferencial, integral e das variações) e a *geometria* (trigonometria e a “aplicação da análise geral à geometria”). A aritmética e a geometria recebem o nome de *matemáticas puras* ou *ciências exactas*. As *matemáticas mistas* participam simultaneamente das ciências cosmológicas positivas e abstractas (a astronomia, por exemplo).

As ciências noológicas positivas têm por objecto o *espírito* do *próprio homem*, o *espírito* de *Deus* e os *espíritos* dos *animais*. Os espíritos dos homens tratados nos *indivíduos* são objecto da *psicologia*. Nos *povos*, nas *nações* e na *humanidade* “não são objecto d’uma sciencia, que tenha um nome fixo e geralmente adoptado” (§ 23). Está na mesma situação o estudo dos espíritos dos animais. Por último, o espírito divino é objecto da Teodiceia. A Ontologia é a única ciência noológica abstracta.

A *Ontologia* é tratada por Sousa Dória segundo o método metafísico escolástico. A *Psicologia*, apesar de denominada *empírica*, não é produto da experimentação. As faculdades da alma são três: sensibilidade, inteligência e vontade. Os sentimentos quanto ao fim a que se destinam dividem-se em: *apetites*, *desejos*, *afectos* e *sentimentos teleológicos*. Os sentimentos teleológicos do gosto são o prazer, o gozo e o júbilo; os sentimentos teleológicos do desgosto são as privações, a adversidade, a consciência do crime, etc. Nos parágrafos dedicados à inteligência, Dória define e classifica os juízos e os raciocínios, aborda o problema da fantasia e da memória. Lembrando que foram vãos os

esforços de Descartes, Melabranche e Bossuet para explicar o modo como a alma retém os conhecimentos adquiridos, Dória remata: “Nós diremos que o facto psychologico da lembrança é tão inexplicavel como muitos outros: é um segredo do Creador” (§ 100).

A Ideologia “é a parte da anthropologia espiritual que se occupa da origem, causa ou formação e divisão das idéas” (§ 110). A origem das ideias “encontra-se na acção dos sentidos” (§ 111), afirmação tipicamente empirista e sensualista. Se faltarem os sentidos não há ideias. “Por isso rejeitámos as idéas innatas, que, se existissem, seriam uma excepção a esta regra. O que é innato é a actividade intellectual, é poderde formar idéas” (*ibidem*). Dória apenas reconhece as “ideias *directas* ou *adventícias*, *reflexas* ou *fictícias*” (§ 116). E perfilha a tese de Hume, embora não o cite, sobre a associação de ideias. A associação funda-se: 1.º nas relações das coisas; 2.º nas relações das palavras; 3.º nas relações metafóricas; 4.º no hábito. Não toma, porém, partido nem pelo nominalismo nem pelo realismo.

Na unidade do programa que trata da Gramática Geral, Dória seguindo Degerando, define o que entende por *linguagem*, seus elementos e divisão, trata dos *sinais* e da sua influência, da influência das palavras na formação de ideias, das várias espécies de escrita. Sobre a origem da linguagem falada – invenção dos homens, revelada por Deus ou produto natural das faculdades que se desenvolvem gradualmente – Dória perfilha a última opinião. Seguidamente o autor explana-se por assuntos que na óptica neotomista pertencem hoje à Lógica formal.

A Lógica propriamente dita compreende o problema da verdade, os métodos, os critérios, a arte crítica, a hermenêutica do texto, critérios do raciocínio, os preceitos lógicos relativos às proposições, as regras da argumentação, as argumentações viciosas (sofismas), a dialéctica e as causas dos erros e meios de os evitar. Não obstante Sousa Dória conhecer a filosofia de Hegel (na última unidade intitulada História da Filosofia, dedica-lhe um parágrafo com a extensão de uma página), não aceita nem discute o método dialéctico deste filósofo e continua nos *Elementos* a definir a dialéctica como a “arte de discutir”, isto é, “a colecção de preceitos, regras, por onde nos devemos regular nas *discussões* e *disputas*”.

Na última sub-unidade da Lógica, intitulada: “Causas dos erros e meio dos evitar”, ao referir-se aos remédios contra as causas dos erros, Dória elogia a *dúvida prudente*, como um desses remédios, e esclarece que por este termo não se entende nem a *dúvida cartesiana* nem a *Dúvida céptica*. E termina: “A *dúvida cartesiana* embaraça em certo modo o progresso das sciencias. A *dúvida sceptica* é o summo opprobrio e abnegação da intelligencia humana” (§ 366).

Na Ontologia Demonstrativa nega o fatalismo e na Psicologia racional discute as teses de Aristóteles, Malebranche, Leibniz e Cudworth sobre as relações da alma com o corpo.

Finalmente, chegados os alunos à última unidade didáctica, História da Filosofia, ficavam estes a saber que a filosofia grega se divide

em três períodos: 1.º de Tales a Sócrates, em que o espírito humano se perdeu num “*scepticismo* frívolo”; 2.º de Sócrates à escola de Alexandria, “prepara o *eclectismo*”; no 3.º de Alexandria até à Escolástica em que dominaram o *eclectismo* e o *misticismo*. O sistema de Anaximandro “preparou caminho ao *atheismo* e *polytheismo*”, Xenófanes “foi o primeiro idealista” o que, na pena de Dória, é um aspecto negativo, a escola de Heraclito “foi chamada *misanthropica*”, a “rápida propagação do *atomismo*” coincidiu com “a decadência dos hábitos moraes e religiosos”, Sócrates usava o método indutivo de Bacon e a análise de Condillac, etc., etc. Na Idade Moderna, Dória dá igual espaço a filósofos como Tracy, Thomas Reid, Kant, Fichte, Schelling, Jacobi e Hegel. O último filósofo que aborda é Krause. Dória termina os seus *Elementos* fazendo um balanço do “estado actual da philosophia”:

“A philosophia alemã pretende dominar hoje em quasi toda a Europa, e com especialidade da parte d’além Rheno.

Mas, como o espírito humano progride sempre, o *statu quo* não pôde durar na philosophia.

Podemos, por isso, asseverar que o *eclectismo* d’aquem Rheno é o systema mais livre, e como tal, mais conforme ao progresso da sciencia. É a philosophia do senso comum, applicada á critica dos systemas” (*Elementos*, § 484).

Comparando este programa com o vigente durante a reforma pombalina, uma vez mais se constata que *grosso modo* as ciências filosóficas se mantêm as mesmas. Vão é mudando de lugar na sequência programática, em virtude de cada nova orientação filosófica e política que a reforma impõe ao sistema educativo. É notável, por exemplo, na reforma setembrista, a deslocação da História de Filosofia para o fim do programa. Em 1819, escrevera Manuel Pires Vaz:

“Não querendo resolver, se a todas as Disciplinas deve, ou não, preceder a sua História, sigo a negativa a respeito da Philosophia Racional e Moral, porque na História Philosophica se *encontrão*, não digo em todos os períodos, mas em quasi todas as proposições, ideias e palavras tão estranhas ao Principiante, que ele não compreenderia em um ano inteiro aquela parte da mesma História, de que poderia senhoriar-se dentro de 8 dias se lhe tivesse precedido a sufficiente instrução nas ideias e linguagem lógica, Methaphysica e Moral. Pelo que julgo poder affirmar sem perigo de erro, que para os Estudantes progredirem felizmente, deve seu mestre ir-lhes expondo primeiramente a doutrina dos compêndios: e então mesmo referir-lhes aqui e ali aqueles pedaços da História, que confirmão, illustrão e desenvolvem as proposições ou parágrafos, que intenta fazer-lhes compreender. Procedendo desta sorte terá o Professor ensinado a seus Discipulos no fim dos Compêndios uma longa e proveitosa História. Porém, não obstante isso, cumpre que forme no fim um corpo completo da mesma História, crítico e resumido, que possa entregar-se á memória em vinte e cinco ou trinta lições” (cit. por Eduard Fey, *O Ensino da Filosofia em Portugal*, pág. 29-30).

Opinião por certo partilhada por professores de diferentes quadrantes filosóficos, pois tal recomendação aparece agora contemplada.

Sousa Dória, Lopes Cardoso e outros colocam, realmente a História da Filosofia depois das outras matérias. Outros, porém, resolveram omiti-la.

É o caso de Joaquim Alves de Sousa (1825-?), no seu *Curso de Philosophia Elementar para uso nas Escolas* (1873), aprovado pela Junta Consultiva de Instrução Pública, em 1871, e editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

O manual destinado «ao uso de nossas escolas secundárias» e ao «alcance das inteligências menos desenvolvidas dos alunos que geralmente as frequentam», propõe a seguinte sequência:

Introdução. I Filosofia. 2 Divisão da filosofia. 3 Relações e utilidade da filosofia.
 Psicologia. I Sensibilidade. II Intendimento. III Vontade.
 Lógica. I Crítica. II Metódica. III Gramática. IV Dialéctica.
 Metafísica. I Ontologia. II Psicologia racional. III Teologia racional.
 Moral. I Moral geral. II Moral particular.
 Direito Natural. I Direito em geral. II Direito social.
 (Estas unidades subdividem-se em sub-unidades temáticas por 174 parágrafos ao longo de 556 páginas)³¹.

O *Curso* de Alves de Sousa, apresenta uma arquitectura distinta dos compêndios anteriores:

«Em logar de dividirmos e subdividirmos as matérias em muitas parcellinhas, como usam alguns escriptores respeitáveis, antes junctamos noutros tantos fascículos ou parágraphos, aquellas que tivessem entre si relação mais proxima, ligando-as todas por meio d’uma epigraphie clara e simples; por nos parecer este methodo o mais próprio, para communicar aos outros promptamente. e fazer-lhes intender e conservar na memoria, mais idéas em menos espaço.

E assim, em cada paragrapho, assentada primeiro a epigraphie geral, e especificados os pontos principaes que nele se discutem, presentámos logo o texto que os alumnos deverão estudar e tomar de memoria especialmente; e emfim, separada com este signal – pozemos a explicação, onde desinvolvemos, ou ampliámos, ou annotámos. ou modificámos as doutrinas antecedentes. D’esta arte poderão os alumnos apprender logo da primeira vez todo o texto, e da explicação o mais necessário para o intenderem; e reservar o resto para as repetições, segundo a sábia direcção do respectivo professor...

Procedendo assim seguimos, nos parece, o methodo que o homem naturalmente segue para apprender uma cousa, que é vê-la primeiro em grosso, analysar depois cada uma das suas partes para as conhecer por miúdo, e reunil-as emfim mentalmente para representar a cousa em seu espírito, do mesmo modo que ella existe na realidade; pois qualquer conhecimento é, como alguém já advertiu, uma analyse entre duas syntheses, a primeira espontanea e dada pela natureza, e a segunda livre e filha da reflexão» (*ob. cit.*, pág. V-VI).

³¹ Constatamos facilmente quer a ausência da História da Filosofia, quer a presença da tese de Teodoro de Almeida de que a Moral só deve ser tratada depois da Metafísica. A defesa da Psicologia como propedêutica, proposta de modo insipiente pelos manuais pombalinos, por Heinício em particular, vinga como vemos com o Eclectismo (Almeida e Azevedo, Sousa Dória, etc.) e vigorará, entre nós, até à reforma de 1979-1980.

As polémicas entre positivistas e espiritualistas no ensino da Filosofia

Em 1872, Adolfo Coelho publica a sua conferência *A Questão do Ensino*, onde se insurge contra o eclectismo de Almeida e Azevedo e de Sousa Dória. Diz Adolfo Coelho:

«Que triste coisa é esse montão informe de definições sem nexos, colhidas aqui e acolá, onde ora nos aparece um fragmento de filosofia escolástica, ora um bocadinho de Condillac, uma ideia de Locke, mais alem uns farapitos de Julio Simon. Balmes. Suisst e extractos de um livro para uso dos indoutos intitulado um *Milhão de factos* a que entre nós se chama filosofia racional! É com esse e semelhantes ingredientes desconexos que se prepara o alimento filosófico do espírito dos alunos dos nossos liceus. Que enormíssima responsabilidade a dos que estropeiam a razão de centenaes de crianças, ensinando-lhes e fazendo respeitar sob o nome de filosofia noções superficialíssimas e sem subordinação orgânica. preceitos empíricos sem importância alguma. junto com coisas das mais desgraçadas que a miséria humana tem produzido» (Adolfo Coelho, *A questão do ensino*, Porto, 1872, pág. 30).

O positivismo foi propagandeado em Portugal nos anos setenta por Emídio Garcia, Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Júlio de Matos e outros. Cedo as polémicas entre positivistas, ecléticos e escolásticos viriam reflectir-se no ensino da filosofia.

Excede o âmbito deste nosso pequeno trabalho, que se quis desde início puramente informativo, evocar as polémicas entre positivistas, espiritualistas e escolásticos e de que se encontra eco na *Revista dos Lyceus* cuja publicação se iniciou em 1890. Não podemos, no entanto, deixar de nos referirmos a Teixeira Bastos (1857-1902) e à sua crítica positivista aos rumos da disciplina de Filosofia nos liceus, no artigo «A Philosophia nos Lyceus», saída na *Revista de Estudos Livres*, 1883-1884, revista de que era director juntamente com Teófilo Braga.

Os manuais que escolhe para alvo da sua crítica são precisamente os de Alves de Sousa e de Pedro Monteiro³². Todavia a crítica de Teixeira bastos não é tanto contra os manuais quanto o é contra o eclectismo vigente.

Face ao estado em que se encontra a filosofia e o seu ensino, Teixeira Bastos, fiel ao seu ideário positivista, conclui pela necessidade de suprimir o ensino da filosofia no secundário. Só depois de se ter estudado Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia, pôde o aluno ser iniciado na «grande síntese». Por isso «a philosophia entra incontestavelmente no quadro dos estudos superiores, onde deve occupar um logar eminente como a sciencia das sciencias, a synthese de todos os conhecimentos humanos». E acrescenta:

«Sob este ponto de vista a philosophia não pode ser admittida entre as disciplinas da instrucção secundaria (as quaes são essencialmente

preparatórias do ensino académico ou universitário). Enquanto as divagações metaphysicas, officialmente chamadas – philosophia racional – essas affirmações inverificáveis, esses passeios phantasiosos pelas regiões do incognoscível, têm de ser banidos da instrucção pública como puerilidades banaes e até algumas vezes nocivas» (A Filosofia nos Lyceus, *Revista de Estudos Livres*, 1883-1884, pág. 510).

O discurso do poder não partilha ainda completamente destas ideias. Agostinho de Carvalho em *A Reforma do Ensino da Philosophia nos Lyceus* (1883) concorda que «nos nossos Lyceus a Psychologia não é ensinada segundo o método verdadeiramente scientifico». A Lógica é só um «conjunto de regras, definições, divisões, subdivisões e fórmulas abstractas» que em vez de «criar e desenvolver o espírito philosophico» trata apenas de «cultivar a memória, fazendo de cada espírito um autómato, uma simples machina de emitir palavras» (*ob. cit.*, pág. 35).

Agostinho de Carvalho discorda, porém, de Teixeira Bastos. Como espiritualista, entende que a filosofia não deve ser suprimida do ensino secundário, deve antes ser reformada. «É necessário, escreve ele, que se elevem e aperfeiçoem igualmente as sciencias philosophicas, que são a base em que assentam os programas d'ordem moral e social» (pág. 37). Aceitando que o eclectismo e o positivismo lutam ambos contra a escolástica, Agostinho de Carvalho, defende que «é urgente, é indispensável que se reforme o seu ensino dando-lhe carácter scientifico, útil e prático» (*ob. cit.*, pág. 38).

Tais criticas obrigaram muitos autores a constantemente rever e a aumentar os seus manuais, aproveitando de caminho para criticar os seus adversários. Em 1890, ao publicar a sua sexta edição do *Curso de philosophia elementar*, Alves de Sousa demarca-se da vertente positivista do programa oficial e denuncia: «O systema positivista de Comte quanto á doutrina é um materialismo inconsequente, um atheismo disfarçado, um tecido de visualidades theologico-sociais» (*ob. cit.*, 1890, pág. 452).

As Lições de Filosofia de Lopes Cardoso

Indiferente a estas polémicas parece estar Júlio A. Lopes Cardoso. Formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1883, com a tese *O micróbio*, está especialmente bem colocado para corresponder aos objectivos programáticos que reorganizaram a Psychologia em moldes científicos. As *Lições de Filosofia*, de 1887, escritas para os seus alunos do Colégio Académico de Braga, foram «compiladas, resumidas e coordenadas segundo o programa dos Lyceus». Vejamos, através da sua obra, qual era o programa saído da reforma de 1882³³.

Introdução (2 págs)

Ciência; ciências. Filosofia, seu objecto e divisão.

³² Pedro Monteiro, *Compendio de Philosophia Racional para o ensino nos Lyceus*, Lisboa, 1894.

³³ Ver nota 9.

Psicologia (22 págs)

Objecto de psicologia. Factos psicológicos e fisiológicos.
Métodos da psicologia. Métodos subjectivo e objectivo. Experimentação em psicologia. Bases fisiológicas dos fenómenos psicológicos.
Classificação dos fenómenos psicológicos. Sensibilidade, inteligência e vontade. Sensibilidade. O prazer e a dor. Sensações e sentimentos. Inteligência. Aquisição, conservação e elaboração dos conhecimentos. Atenção. Percepção externa. Juízo. Abstracção e generalização. Razão. Raciocínio indutivo e dedutivo. Memória e associação das ideias. Imaginação. Expressão dos fenómenos psicológicos. Significação. Linguagem. Ideologia. Conhecimentos e ideias. Vontade. Instinto. Liberdade. Hábito. Actividade. Instinto. Apetites e desejos. Vontade. Liberdade. Hábitos.
As paixões, o bem, a felicidade.
Noções de estética. O belo e a arte.
Relação entre a natureza fisiológica e psicológica do homem.
Elementos de psicologia comparada. O homem e o animal.

Lógica (13 págs)

Lógica formal. Ideias e termos. Juízos e proposições. Raciocínios e argumentações. Silogismo.
Lógica aplicada. Metodologia. Métodos indutivo e dedutivo. Método dedutivo. Processos deste método. Método indutivo. Processos deste método.
Classificação das ciências. Métodos das diversas ciências. Método das ciências matemáticas, físicas e naturais, morais, históricas. Crítica histórica. Erros, suas causas.

Moral (17 págs)

Objecto e divisão
Moral teórica. Fundamentos da moral. Consciência moral. Lei moral. Motivos das acções humanas. Sistemas morais. O bem. O dever, o direito, a justiça, a virtude, o mérito e o demérito. Moralidade. Imputação, responsabilidade. Moral do dever. Sistema racional. Sanção da lei moral. Imortalidade da alma. Moral prática. Moral individual. Deveres do homem para consigo mesmo. Moral social. Moral doméstica. A Família. A educação. Deveres para com os nossos semelhantes. Justiça e caridade. Deveres para com a pátria. Moral religiosa. Noções de economia política. Relações entre a moral e a economia política. O trabalho, o capital, a propriedade.

Metafísica (10 págs)

Valor objectivo do conhecimento. Relação entre o conhecimento e a verdade. Estados do juízo. Certeza. Fé, Probabilidade, Dúvida. Probabilismo e cepticismo. Critério da certeza. Dogmatismo. Existência do mundo externo. Idealismo. A natureza em geral. A matéria, a vida, o espírito. As grandes sínteses.

Psicologia racional (2 págs)

A alma humana. Materialismo e espiritualismo. Teorias diversas.

Teologia racional (4 págs)

Deus: concepções filosóficas sobre a existência e atributos divinos. Concepções diversas sobre a Providência e o mal. Teoria da religião.

História da filosofia (29 págs)

Filosofia antiga

Filosofia grega. Sócrates e seus antecessores. Sucessores de Sócrates. Platão, Aristóteles, Epicuro e Zenão.
1.º período. Antecessores de Sócrates.

2.º período. Sócrates e sucessores. Idealismo* – Platão. Sensualismo – Aristóteles. Epicurismo – Epicuro. Estoicismo – Zenão.

3.º período. Neoplatonismo. Escola de Alexandria. Filosofia cristã.

Filosofia da idade média

Carácter e tendências da filosofia escolástica. Primeiro período. Segundo período: S. Tomás. Terceiro período.

Filosofia da renascença.

Filosofia moderna

Sensualismo – Bacon. Racionalismo – Descartes. Panteísmo – Espinosa. Sensualismo – Locke. Idealismo – Leibniz. Cepticismo – Hume. Criticismo – Kant. Escola neocantista (Fichte, Schelling e Hegel). Escola positivista – A. Comte. Escola da associação – Stuart Mill. Escola da evolução – H. Spencer.

Para Lopes Cardoso «as faculdades da alma são o mesmo que as propriedades nos outros corpos; mas o homem pode dirigir deliberadamente as suas faculdades e por isso é *pessoa*; os outros corpos não têm acção alguma sobre as suas propriedades e por isso são *cousas*» (*ob. cit.*, pág. 3).

O estudo da psicologia faz-se com «o auxilio da consciencia (*methodo subjectivo*) e com os esclarecimentos fornecidos pela anthropologia, a história, a *psychologia comparada*» e a linguística porque as palavras são para as ideias o que «os corpos são para as almas» e «as ideias gerais transmitem-se pela educação e pela linguagem». Para ele «está peremptoriamente demonstrado que o cerebro é a condição do pensamento e que todas as lesões orgánicas d'este órgão trazem necessariamente consigo perturbações intellectuaes, volitivas ou sensitivas». Quando aborda as bases fisiológicas dos fenómenos psíquicos não esquece a «acção que a alimentação, o meio, a educação, as substancias medicamentosas, a hereditariedade, etc., têm sobre as funções psychicas» (*ob. cit.*, págs. 4-5).

Todas estas teses são absolutamente originais em relação ao tratamento que a psicologia recebe nos manuais doutros autores seus contemporâneos. Mais do que o filósofo é o médico que constantemente fala ao longo desta unidade didáctica.

Quando aborda as noções de Estética, o belo e a arte, que para o autor relevam da psicologia, escreve: «O sentimento esthetico só nos é dado pela vista e pelo ouvido. Uma pessoa que tenha uma ophtalmia e ponha uma luneta azul experimenta uma sensação agradável, mas certamente não achará belleza alguma na côr uniforme com que todos os objectos se lhe apresentam» (*ob. cit.*, pág. 19).

Na subunidade X – «Elementos de *psychologia comparada*. O homem e o animal», Lopes Cardoso compara o homem são e acordado com o homem adormecido, o sonâmbulo, o alucinado e o doido. Eis como ele explica o sonho:

«Embora á medida que adormecemos vamos perdendo pouco a pouco o sentimento da realidade; as nossas idéas nem por isso deixam de ir avoando outras idéas com ellas associadas. A ultima idéa da vigília provoca a

primeira idéia do sonho. O entorpecimento completo dos sentidos permite que se sinta ainda o estado dos órgãos e as impressões que eles sofrem. De cada uma d'estas impressões o espirito forma uma idéa que, interrompendo o curso d'um sonho já principiado, inicia uma serie de idéas, um novo sonho, que continua o precedente. Assim se explica a incoherencia aparente das nossas concepções nocturnas» (*ob. cit.*, pág. 22).

Comparando o homem civilizado com o primitivo ou «selvagem», escreve:

«As mais recentes descobertas da paleontologia permitem afirmar peremptoriamente que o homem primitivo era um homem da nossa espécie, possuindo a indústria, a astúcia, as idéas religiosas de um ser racional.

O selvagem possui as faculdades do homem civilizado, mas n'um grau de desenvolvimento muitissimo inferior. Se o homem selvagem ainda hoje existe é isso uma consequencia da sua ignorância e do seu medo á natureza e aos outros homens, especialmente aos homens civilizados» (*idem*, págs. 23-24).

É ainda o darwinista e o colonialista que falam quando acrescenta:

«Admittindo-se a transformação lenta e successiva das especies, adaptando-se ás circumstancias e modificando-se com o meio, devemos tambem reconhecer que o homem primitivo transformou as cousas externas por sua acção livre e scientifica, que adaptou não as suas faculdades ao meio, mas sim o meio ás suas faculdades e que a sua razão se tem aperfeiçoado. mas não transformado» (*ibidem*).

No §3.º — «O homem e o animal» — escreve ainda:

«A alma dos animaes é em alguns dotada das tres faculdades, cujo conjunto constitue a alma humana. Essas faculdades têm um grau de desenvolvimento correlativo com a posição occupada pelo animal na escala zoologica...

Algumas das sub-faculdades e funções intellectuaes (atenção. memoria, imaginação) chegam mesmo a ter um desenvolvimento completo em algumas espécies mais proximas do homem. O mesmo podemos dizer da consciencia de suas operações internas que alguns animaes possuem, embora um pouco confusa e directa como a das creanças...

O que distingue a alma do bruto da alma do homem é a *ausencia da razão*» (*ob. cit.*, pág. 24).

No capítulo da Moral, Lopes Cardoso opõe-se às teses de Hobbes e de Proudhon sobre a força como origem do direito. Para ele existem três sistemas morais: a moral do sentimento, a moral do interesse e a moral do dever. É este que o autor perfilha.

Para ele, a economia política e a moral têm objectos comuns; mas a economia política considera o trabalho sob o ponto de vista da *utilidade*; e a moral sob o ponto de vista do *dever*. A escravatura, por exemplo, é condenável na moral, em nome da justiça; e, em economia política, em nome da utilidade, pois o trabalho é tanto mais produtivo quanto mais livre for. «E o mesmo se póde dizer de tudo quanto se opponha ao desenvolvimento industrial» (pág. 51).

Os dois agentes produtores da riqueza são o capital e o trabalho. A propriedade é o resultado da actividade natural do homem. Escreve ele:

«Os adversarios da propriedade combatem especialmente a propriedade individual. A terra, dizem elles, que é a matéria de toda a riqueza, pertence não ao individuo, mas á sociedade, ao Estado, isto é, a todos em comum. O individuo é apenas o consumidor e recebe uma parte dada pelo estado — unico proprietário. Tal é o sistema **comunista**, que reveste duas formas principais segundo opina que a partilha se deve fazer de modo absolutamente igual entre os consocietarios — **systema egalitario** ou que a partilha se deve fazer proporcionalmente aos merecimentos e trabalho de cada um — **saint-simonismo**» (*idem*, pág. 52).

Lopes Cardoso é também autor de um *Resumo de história da Filosofia* (de 1887). Nas *Lições* refere a existência de quatro métodos principais de expor a história da filosofia: o *cronológico*, o *lógico*, o *etnográfico* e o *misto*. Foi este último o que seguiu. Para ele, «O materialismo, o panthesmo, o idealismo e o espiritualismo taes são as grandes e principais synteses philosophicas que a historia nos apresenta».

«Dos idealistas, uns (Berkley) negam a realidade externa e material: outros, a substancia, a causa tanto interna como externa (Hume, Stuart, Mill); outros, enfim, negam a distincção essencial entre sujeito e objecto confundindo-os no absoluto (Schelling, Hegel)» (*idem*, pág. 59).

O idealismo absoluto de Hegel é uma «forma de pantheismo em que a ideia se desenvolve em natureza e espírito». Eis como Lopes Cardoso nos relata as vicissitudes por que passou a filosofia hegeliana:

«Três interpretações diferentes foram dadas pelos discipulos de Hegel á sua philosophia; uma no sentido espiritualista e religioso; outra no sentido naturalista e atheu; uma terceira, finalmente, que procurou conservar em toda a sua pureza a concepção hegeliana. O theismo, o pantheismo e o atheismo taes foram as doutrinas que entre si partilharam a herança de Hegel e que, por analogia com os partidos militantes da politica, foram chamadas **direita**, **centro** e **esquerda**. Esta última em breve teve uma extrema esquerda. Estes schismas, preparados desde 1833, consolidaram-se e consummaram-se em 1840, mas o que mais profundamente emocionou os espiritos foi a esquerda e especialmente a extrema esquerda. A **esquerda**, representada por **Michelet** de Berlim e **Strauss**, esforçava-se em especial por provar que Deus não é pessoal nem a alma immortal, conservando das doutrinas de Hegel a distincção entre a natureza e a idéa, entre a materia e o espirito; a **extrema esquerda** combateu estas distincções, defendendo a identidade da natureza e da idéa, voltando assim ás doutrinas materialistas e atheistas do seculo 18 — (**Feuerbach**, **Bruno Bauer**, **M. Stirner**, **Arnold Ruge**). Os exaggeros doutrinaes d'estes philosophos. convertidos em verdadeira hydrophobia revolucionaria e philosophica, provocaram uma reacção violenta apos a qual veio o silencio. Este novo estado durou pouco e depois d'um periodo de admiração exaltada pelo **pessimismo schopenhauriano** o espirito allemão procurou fundar n'uma ordem de idéas mais positivas e mais scientificas, recorrendo á philosophia e ás sciencias naturaes, um novo materialismo. O chefe e o propagador d'este movimento foi **Molleschot**, o auctor da *Circulação da vida*, livro em que procura demonstrar que não ha materia sem força nem força sem materia, que a estas duas

coisas se reduz toda a existencia, finalmente que a materia circula indiffinidamente, passando do mundo da vida para o mundo da morte e reciprocamente. Mais tarde **Wagner** declarou que em physiologia nada nos leva a acreditar que a alma seja distincta do corpo, mas em moral tudo nos leva a imittir esta distincção. Esta opinião provocou as ironias de um naturalista distincto, **Charles Vogt**, cuja doutrina philosophica se encerra na seguinte maxima devida na sua essencia a **Cabanis**: — **o cerebro segrega o pensamento como o figado a bilis e os rins a urina.**

Um dos mais ardentis discipulos de Molleschot é **Buchner**. O seu livro "**Força e matéria**" é de todos os da eschola materialista alemão o que maior successo obteve. Curto e nervoso, escripto com rapidez e clareza, qualidades inteiramente novas em livros allemães: o livro de Buchner é um resumo de todos os outros e uma verdadeira synthese do materialismo» (*idem*, pág. 94).

Um belo naco de prosa que transcrevemos na grafia original e sobre o qual nos apetecia de immediato tecer algumas considerações, mas que por ora abster-nos-emos de o fazer. Lopes Cardoso, segundo tudo indica, parece estar relativamente informado da história da filosofia alemã, mas não há qualquer relação entre as ideias destes com as de outros filósofos.

Acabada a exposição do criticismo de Kant, refere em nota de rodapé, que «não lhe faltaram adversários os mais importantes dos quais são Jacobi, Herder, Tredemann, Maimon, etc. Não lhe faltaram também defensores entre os quais avultam Schulz, Reinhold, etc.» (*idem*, pág. 92). Onde terá ido beber essas informações? Está por apurar. Mas a grande admiração de Lopes Cardoso, que parece desconhecer Marx, vai para Herbert Spencer a quem dedica o último § da sua História da Filosofia.

A Reforma de Jaime Moniz

É evidente que uma Reforma do ensino, seja ela qual for, pode fazer-se em nome de princípios filosóficos ou outros, mas estes têm de corresponder ao grau de evolução das relações sociais e culturais. O Eclectismo, a Escolástica e o Positivismo, entre si antagónicos, mas subalternos, presentes nos programas do Secundário, reflectem as oposições entre as várias facções da burguesia: agrária, comercial, industrial e colonialista. O capitalismo e o liberalismo evoluem muito rapidamente e por isso, desde 1836, as Reformas de Ensino sucedem-se quase em catadupa no Portugal contemporâneo, quando comparamos o seu ritmo com o das duas únicas Reformas (de 1599 e de 1772) ocorridas no Portugal moderno.

A Reforma do Ensino decretada em 14 de Setembro de 1895, ficou ligada ao nome de Jaime Freitas Moniz, «filósofo de mui distinto engenho», no dizer de Ferreira Deusdado, «não só pelas inclinações do seu alto espirito, mas também pela sua posição official» (cit. por Ed. Fey, *ob. cit.*, pág. 54). É da sua autoria o programa de Filosofia, bem como o de História e a ele se fica devendo a redução da carga horária da disciplina

de Filosofia de 6 para 4 horas semanais³⁴. O Programa prevê para a VIª Classe (ou VIº Ano) após uma breve Introdução, o estudo da Psicologia e da Lógica; e para a VIIª Classe (ou VIIº Ano) o estudo da Moral, onde prescreve explicitamente o ensino das doutrinas de Bentham, de Stuart Mill e de Spencer; e como remate algumas noções de Metafísica. Notável é o alargamento dos conteúdos no tocante à Estética. O belo, as condições e a natureza do belo, o sublime e arte, continuam a ser tratadas na Psicologia, mas os temas alargam-se aos seguintes: Fim e classificação da arte; as belas artes: a arquitectura, a plástica, a pintura, as artes fonéticas, a literatura, a música e, por fim, a acção moralizada-ra da arte.

O mais importante, para nós historiadores, são as observações de caracter didáctico, dirigidas aos professores, algo que já não se via deste o *Ratio Studiorum*:

OBSERVAÇÕES — Importa muito realizar com rigor os fins da inclusão d'esta disciplina no plano secundario. Só d'este modo a mesma inclusão é de direito e proveitosa, e se desfazem as objecções oppostas com pertinacia em seu desfavor. Ao ensino de philosophia nos institutos secundarios incumbem:

1.º Procurar que os alumnos obtenham consciencia clara das noções fundamentaes, das leis, do grau de certeza, do valor das hypotheses, do uso legitimo das idéas geraes, dos methodos e processos — envolvidos nas demais disciplinas.

2.º Systematisar todos os elementos, de natureza philosophica, existentes na materia e no methodo dos diversos estudos, cingindo estes elementos pela indicação connexiva de suas relações. — Conferir a todas as disciplinas unidade superior.

3.º Ministrir aos alumnos, em consequencia de investigação especial, na serie dos estudos dedicados á instrucção e á educação geral do espirito, noticia da vida do espirito mesmo; de seus poderes e operações; do seu alcance; do quinhão que elle tem na produção do conhecimento: dar-lhes a idéa das forças que movem o mundo humano, a par da idéa, adquirida em outras disciplinas, das forças que movem o mundo physico; e

4.º Exercitar o pensamento dos alumnos, insistentemente volvido para o estudo dos phenomenos externos e materiaes, na observação dos phenomenos internos e psychicos. Completar pela disciplinação proveniente d'este exercicio o desenvolvimento de importantes funções intellectuaes e moraes.

5.º Formar com a disciplina, que é seu objecto, como sciencia dos principios e do dever, o remate e a corôa, a synthese e a explicação final de toda a lição secundaria.

6.º Constituir por meio da realização dos fins mencionados o preparatorio philosophico indispensavel aos estudos superiores.

O grau das disciplinas, onde se abre logar ao estudo da philosophia, e a idade apoucada dos ouvintes, excluem de prompto toda e qualquer construcção philosophica, superior ou transcendental. N'este sentido pois se devem sempre interpretar as inscripções do programma, que só aspiram ao conhecimento typico e elemental.

³⁴ Citaremos a partir de *Programa para o Ensino Secundário, Decretado em 14 de Setembro de 1895 e conforme com o decreto publicado no "Diário do Governo" em 16 do mesmo mez, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1895.*

Para facilidade da compreensão das doutrinas, e o efeito do ensino não degenerar no vago e na duvida, releva que a explicação observe sempre o preceito da maxima clareza, precisão e distincção; aproveite o circulo de idéas já familiar aos alumnos; rejeite apparatus de erudição; busque apoio sempre, que seja possível no maior numero de factos; e tome auxilio, quando se offereça ensejo, nos elementos fornecidos pelos outros trabalhos escolares, o que não será difficil nem raro, visto como todas as disciplinas do plano convergem para a philosophia, e nenhuma deixa, afinal, de enviar os seus ramos a enlaçarem-se com ella. A grammatica occupa-se das noções emquanto são expressadas por palavras; a logica occupa-se das noções em si mesmas. A mathematica, restricta aos dominios da grandeza, é a aula primaria da logica. A parte ethnica da litteratura e da historia relaciona-se com a psychologia e a moral; e assim por diante.

No estudo philosophico é de urgente necessidade que o alumno acompanhe, momento e momento, com a actividade de sua intelligencia, e discuta, por assim dizer, entre si, a doutrina que lhe é transmittida, de modo que chegue a fixal-a bem e possa expol-a desenleada das palavras do professor e do texto adoptado para guia.

Para a concentração devem os professores das restantes disciplinas, aproveitando a occasião que o ensino lhes depare, contribuir para o ensino propedeutico da philosophia.

A historia da philosophia como exposição e critica dos systemas philosophicos excede o ambito dos estudos secundarios. Esta circumstancia, porém, não impede que o professor no decurso das lições acrescente ás doutrinas, a titulo de elucidação, alguns dados faceis pertencentes á mencionada historia³⁵.

A reforma curricular de Jaime Moniz não agradou aos *positivistas* já influentes quer na sociedade civil quer no aparelho de Estado. Ao fim de oito anos, o ensino da Filosofia degradara-se novamente. Na opinião de Marnoco e Sousa (1869-1916) melhor seria acabar com a disciplina e substitui-la pelo ensino moral e cívico, à semelhança do que ocorrera nos países nórdicos, na Bélgica, na Holanda e na Alemanha. Os temas e as questões da Filosofia deveriam ser tratadas à maneira de Comte nas ciências particulares que tomariam assim “um carácter filosófico”³⁶.

Em 1904, os professores do Liceu de Lisboa, solidários com Marnoco e Sousa tomam uma atitude de desafio e votam a favor da supressão da Filosofia «com o fundamento de que ella, tal como continuava, segundo a orientação tradicional, se deveria reputar fóra do quadro d'aquelle ensino, em relação à *metafísica* e ao *direito*; e que, pelo que respeitava à *psicologia* e à *lógica*, melhor seria incluir o ensino destas sciências, respectivamente na *zoologia*, a propósito dos *centros nervosos*, e na *metodologia* de cada sciência particular»³⁷.

A reforma de 1905, vem ao encontro da vontade dos positivistas: é suprimida a divisão tradicional das ciências filosóficas (Psicologia,

Lógica, Ética e Metafísica) e introduzida a divisão comteana. É o seguinte o Programa de Filosofia de 1905:

VIª CLASSE

INTRODUÇÃO

Filosofia; sua natureza, objecto e fim.

Relações da filosofia com a ciência em geral: e com cada uma das ciências, em particular. A Filosofia considerada como a sistematização e a mais alta generalização de todas as ciências. Divisão da Filosofia em face deste critério;

Filosofia das ciências matemáticas (Matemática); das Ciências Físicas (Cosmologia); das Ciências Naturais (Biologia); das ciências sociais (Sociologia).

MATEMÁTICA

Noção e objecto da Matemática. Ciências Matemáticas, O espaço: o tempo; a grandeza: o número. Leis matemáticas.

COSMOLOGIA

Noção e objecto da cosmologia. Ciências Físicas.

O problema cosmogónico. — Origem e constituição do Universo. A matéria: a força; o movimento. Factos: leis: hipóteses: conclusões certas da ciência. Criacionismo. Evolucionismo.

BIOLOGIA

Noção e objecto da Biologia. Ciências biológicas.

O problema biológico — Origem e natureza da vida.

Fenómenos físicos, químicos e biológicos. Autogonia e plasmagonia.

Valor destas hipóteses.

Vitalismo; Animismo: Organicismo. — Explicação mecanista da vida.

O problema Zoológico. — Origem das espécies orgânicas. Fixismo; Transformismo: Evolucionismo. — Teoria da selecção natural de Darwin.

O problema antropológico. — Origem e natureza do homem. — Noções gerais de anatomia e fisiologia comparadas. A antropologia pré-histórica. Solução espiritualista e solução materialista deste problema.

VIIª CLASSE

PSICOLOGIA

O problema psicológico. — Origem, natureza e destino da alma humana. — Psicologia metafísica e psicologia experimental. Factos psicológicos; suas características essenciais; sua classificação. A introspecção em psicologia. Método objectivo. Noções gerais de psicologia comparada; etnológica; infantil; mórbida; teratológica.

A experimentação em psicologia. Psico-física e Físio-psicologia. Laboratórios de psicologia experimental. Conhecimento sumário das principais experiências realizadas nesses laboratórios. Lei de Weber; seu valor; e sua generalização por Fechner. Estudo da qualidade, tonalidade e dinamogenia das sensações.

Sentimentos, inclinações e paixões; suas condições físico-químicas e fisiológicas.

A intelligência: aquisição, conservação e elaboração do conhecimento. Mecanismo da produção das ideias. Associação e dissociação destas. Memória; sua função. Leis que a regulam. As doenças da memória; teorias

³⁵ Ob. cit., pp. 91-92.

³⁶ «A reforma da instrução secundária e os seus resultados» (Parte 11 do relatório da investigação ao Liceu de Lisboa, ordenada por Portaria de 28 de Julho de 1902), in *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, Jan./Abril, 1903. Ano II, fase. 1-IV, pp. 1-150.

³⁷ Alves dos Santos, *Elementos de Filosofia Científica*, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1918, p. VI.

sobre a natureza da memória. Princípios e leis do pensamento. Relações entre o cérebro e o pensamento.

A razão. Operações intelectuais.

Actividade reflexa, e actividade consciente. O instinto, a liberdade e o hábito.

A consciência considerada como síntese de toda a vida psicológica. Explicação da natureza da consciência, em face do espiritualismo e do organicismo. Doutrina de Le Dantec sobre a Consciência. A personalidade; suas alterações.

Unidade e expressão dos factos psicológicos. A linguagem. Teorias acerca da origem da linguagem. Classificação das línguas.

O problema lógico. — A verdade e o erro. — Probabilidade; certeza; evidência. O critério da verdade. Metodologia, ou lógica aplicada. O método em geral; e em cada uma das ciências.

O problema moral. — O Bem e o Mal. — Análise da consciência moral e da ideia do dever.

Crítério objectivo da moralidade dos actos humanos. Conhecimento dos principais sistemas sobre o fundamento da obrigação. Liberdade, imputabilidade e responsabilidade. A doutrina da escola de antropologia criminal sobre este problema. Limites e condições da responsabilidade. Sanção da lei moral.

O problema religioso. — Existência de uma ordem sobrenatural como razão e complemento da ordem natural. Deus: concepções filosóficas sobre a existência e atributos divinos. A providência. A religião. As religiões.

SOCIOLOGIA

Noção e objecto da sociologia. Ciências sociais.

O problema sociológico. — Origem, natureza e evolução das sociedades. — Fenómenos sociais; suas características; classificação, correlação e unidade.

Conhecimento sumário das teorias sobre a coordenação destes fenómenos. Materialismo e Intelectualismo histórico.

Em 1908, o Ministro da altura pediu aos Reitores sugestões para uma eventual nova reforma. As opiniões dos professores variavam, mas todos estavam de acordo quanto à necessidade de aumentar a carga horária de duas para quatro horas semanais. Os positivistas pronunciaram-se pela necessidade de redigir-se um compêndio que obrigasse os professores a modificar os seus métodos e que os governos deixassem de reconduzir periodicamente para texto da Filosofia nos liceus o compêndio francês de Boirac, o *Cours élémentaire de philosophie, suivi de Notions d'histoire de la philosophie* (1902; 1911). O ideário republicano ganhava cada vez mais adeptos.

Os Elementos de Filosofia científica de Alves dos Santos

Depois da Revolução de Outubro de 1910, o primeiro compêndio redigido de acordo com o programa em vigor foi o de A.A. Magalhães e Silva, *Filosofia*, Porto, 1910. Viria a ter maior fortuna o de Alves dos Santos, *Elementos de Filosofia Científica* (1913, 1918).

Augusto Joaquim ALVES DOS SANTOS nasceu em 1866, no Minho. Frequentou o seminário de Braga onde recebeu ordens sacras que só parcialmente e por pouco tempo exerceu. Em 1900, recebeu o grau de doutor

em Teologia pela Universidade de Coimbra. Em 1901, é lente substituto. Escreve *O problema da origem da família e do matrimónio em face da Bíblia e da Sociologia* (1901) e, em 1903, a convite do governo discursa sobre *Leão XIII*. Alves dos Santos pertence nesta época ao partido regenerador e admira Hintze Ribeiro.

No 5 de Outubro, encontra-se no meio dos grupos civis que defendem a Rotunda. Em 1911, convertido ao positivismo desempenha as funções de chefe do gabinete do presidente Teófilo Braga. Interessado desde cedo pelas ciências psicopedagógicas foi inspector-geral (desde 1902), vogal do Conselho Superior de Instrução Pública (1910) estudou em Genebra com Claparède, integrando uma missão universitária (1912) e, em 1913, organizou o Laboratório de Psicologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

Alves dos Santos aderiu ao Partido Republicano Evolucionista e após a extinção deste filiou-se no Partido Republicano Nacionalista. Foi presidente da Câmara Municipal de Coimbra e ministro do Trabalho no governo de Cunha Leal (1921). No Parlamento distinguiu-se com a sua campanha contra o ministro Leonardo Coimbra a propósito da reforma deste último da Universidade e da criação da Faculdade de Letras do Porto. Alves dos Santos morreu em 1924. Cf: Raul Rego, *História da República*, Lisboa, 1987, vol. IV, pág. 109 e 161; vol. II, pág. 61.

Escreveu: *O ensino primário em Portugal. Nas suas relações com a história geral da nação* (1913); *Elementos de filosofia científica* (1913, 19182); *O crescimento da criança portuguesa (subsídios para a constituição duma Pedologia nacional)* (1913); *Psicologia e Pedologia* (1913) *Educação Nova (As Bases — O corpo da criança)*, 1920; etc.

Os *Elementos de Filosofia Científica* são um pequeno compêndio formato 10x18 de bolso, com 299 páginas, para a VIª e VIIª classes. No Prefácio à 1.ª edição, escreve Alves dos Santos:

«A *Filosofia especulativa*, de índole meramente intelectualista ou dogmática, que aspira vamente à posse da *verdade absoluta*, pelas ficções da dialéctica transcendental, foi substituída, então, pela *Filosofia positiva* ou científica, de natureza exclusivamente fenomenal, que se contenta com a *verdade relativa*, pesquisada, pelo emprêgo dos processos do *método experimental* e fundada sobre as *conclusões certas da ciência*» (*Elementos*, Lisboa, 1918, pág.VI).

No Prefácio da 2ª edição, clarifica:

«... ainda há quem atribua à Filosofia a função de construir, pelo raciocínio dedutivo *sínteses abstractas*, sem apoio na *realidade dos factos*, e de elaborar *tendências* que incluam a *noção do absoluto*, confundindo-se assim, com as *tendências* da Metafísica, o *objecto* da filosofia³⁸.

Nós, porém, de acordo com *autoridades de valor indiscutível*, não vemos na Filosofia, senão a *ciência geral* que, socorrendo-se das *investigações* empreendidas pelas *ciências particulares*, em todas as esferas da actividade humana, procura *coordenar, generalizar e sistematizar* os resultados dessas investigações, em ordem à compreensão do *Universo* e da *Vida*.

Cremos (agora, mais do que nunca) que a *experiência* fecundada pelo raciocínio, substituirá, com vantagem, na aquisição da Verdade, as *construções estáticas* da Metafísica, pelas *certezas dinâmicas* da Filosofia moderna» (pág. IX-XI).

³⁸ Cf. Oswald Külpe, *Introduction to philosophy*, trad. ingl. De W. B. Pillsbury, London, 1915. [Nota de rodapé do próprio Alves dos Santos].

As autoridades que Alves dos Santos evoca são Ernest Mach e o seu *La connaissance et l'erreur*, Abel Rey e a *La Philosophie Moderne*, cuja semelhança «entre o objecto e a sequência das ideias do programa e o livro», [do programa de filosofia português em vigor desde 1905, entendida-se], é espantosa; W. James, G. Wundt, F. Rauh e W. Ostwald e o seu *Esquisse d'une philosophie des sciences*.

O autor assevera que o manual está «de conformidade com o programa oficial». Na «Introdução-Noções preliminares», descreve, em traços muito largos, a história da filosofia até meados do século XIX. Para Alves dos Santos «no mundo das ideias, como na evolução do Cosmos, não há lugar para saltos, nem se observam soluções de continuidade; antes tudo obedece às leis do progresso indefinido, que se realiza lenta e insensivelmente, mas com a maior persistência e tenacidade» (pág. 6).

Todas as correntes filosóficas «são susceptíveis de reduzir-se fundamentalmente a duas»: o *idealismo* e o *empirismo*, com as respectivas modalidades. Para o *idealismo supernaturalista* ou *transcendental* e para o *espiritualismo* a «noção de filosofia não diverge essencialmente do conceito medieval». As inteligências «curvadas ao jugo deste imperialismo, comprazem-se na pura especulação ou no *apriorismo*. É a metafísica que inspira todos os idealismos (*supernaturalismo*, *teísmo*, *deísmo*, *panteísmo*, *naturalismo*, *atomismo*, *dinamismo*). «Para o *empirismo*, porém, quer se chame *scepticismo*, *criticismo*, *positivismo* ou *agnosticismo*, a concepção é outra e outros são os processos de conhecer» (pág. 7). Segundo o *critério cientista*, a filosofia «é uma vista de conjunto sobre a natureza, um ensaio de explicação universal» (pág. 9). Daqui se deduz a natureza e o objecto de filosofia:

«Se a filosofia é um estudo do *que ha de mais geral* em todas as ciências, a determinação desta *máxima generalidade* equivale à determinação do âmbito da filosofia e, conseqüentemente, das partes que a devem constituir.

Ora, se percorrermos a *classificação hierárquica das ciências*, seguindo a ordem natural (lógica e cronológica) da sua formação, observaremos que em cada uma delas, existem *problemas*, cujo estudo importa e interessa, não somente à ciência a que se referem, mas também às *outras ciências* e para cuja solução *todas* podem contribuir com as suas luzes.

Estes *problemas*, cuja posição, por si só, representa já um esforço de *generalização*, é que constituem a *matéria-prima* ou o *objecto específico* da filosofia; e são aqueles que dizem respeito à origem, natureza e evolução da *matéria*, da *vida*, da *consciência*, da *conduta* e da *sociabilidade*» (pág. 16-17).

Entre os doze autores a consultar pelos alunos que Alves dos Santos recomenda no fim deste capítulo estão Herbert Spencer, Abel Rey, Ernest Mach, F. Le Dantec, por um lado; René Worms e H. Höffding, por outro. As obras citadas são todas... em francês³⁹.

³⁹ A ausência de traduções das principais obras filosóficas é doença crónica entre nós. Depois do 25 de Abril, a situação tem vindo a modificar-se, embora lentamente. Falta-nos também um estudo sobre esta temática: a tradução de obras filosóficas em Portugal, que obras e que autores.

Entrando na 1.ª parte do curso: – *Filosofia matemática* «que estuda os problemas do número e da extensão, isto é, as propriedades quantitativas das coisas», é particularmente relevante a abordagem, no Cap. II, dos conceitos de *tempo* e *espaço*. Platão e Aristóteles confundem a noção de espaço com a noção de *corpo*; os atomistas concebem o espaço como *capacidade*; Kant «afirmou que o espaço e o tempo são *intuições primitivas* da razão, anteriores a toda a experiência» (pág. 25). Depois de enumerar os vários conceitos de espaço e outras tantas distinções, Alves dos Santos conclui que a noção de espaço «nada tem de *inato* como pretende o *dogmatismo*; mas antes se deve atribuir, *toda inteira*, à experiência» (pág. 29-30). Também o tempo não é uma *intuição da razão*, «mas antes uma *extensão progressiva das sensações de duração*, como disse William James» (pág. 32).

É curioso que não obstante o autor citar W. James na Introdução e nesta parte do Programa, no entanto, ele não figure nas obras a consultar no fim de ambas estas unidades didácticas. Nesta última são recomendadas pelo contrário, Emile Boutroux, Jules Tannery e *La valeur de la science* e *La science et l'hypothese* de H. Poincaré.

Na IIª Parte: *Filosofia cosmológica*, que se debruça sobre a «constituição da matéria, isto é, as suas propriedades qualitativas (organoléticas)», o autor começa por afirmar que «problema cosmogónico é susceptível de desdobrar-se em dois problemas, sendo um relativo à *origem da matéria*; e outro, à *constituição do Universo*». Seguindo Herbert Spencer, são três as hipóteses para explicar a origem dos elementos primordiais do mundo: a hipótese *materialista*, a *panteísta* e a *teísta*. As três hipóteses são porém, ininteligíveis e, portanto, inconcebíveis (pág. 43), segundo o *agnosticismo* que se pronuncia sobre a insolubilidade do problema, «segundo, assim, na esteira do *positivismo* que, pela boca de Comte, proclamou a inutilidade das investigações sobre os problemas filosóficos das origens» (pág. 43). E Alves dos Santos acrescenta:

«Nós aceitamos o pensamento de Comte... Para nós tão incompreensível é o dogma da *criação ex nihilo* como o da *imanência* ou o da *eternidade da matéria*. Nisto estamos plenamente de acordo com o positivismo e com o agnosticismo. É certo que a existência de uma *causa primeira* explicaria tudo. Mas todas as dificuldades que suscita a origem da matéria passariam intactas para a *causa primeira* desde que se procurasse saber qual foi a origem dessa causa» (pág. 4-4).

O problema da origem da matéria só pode ser, portanto, objecto de *crença*, no campo de teologia, ou de *pura especulação*, nos domínios da *metafísica*.

Quanto ao problema da *natureza* ou da *constituição* da matéria, em filosofia existem quatro teorias: o *idealismo* (eleático, de Berkeley, de Hume, de Stuart Mill), o *substancialismo* (Aristóteles), o *atomismo* (Demócrito, Gassendi, Newton, Huxley, Haeckel, Büchner) e o *dinamismo* (Leibniz, Kant, Schelling, Schopenhauer, Hartmann). Na ciência,

temos apenas a *concepção mecanista da matéria* sobre a qual Alves dos Santos se expande por quatro páginas.

De entre a muita bibliografia recomendada para esta unidade, destacam-se a obra de Émile Picard, *La science moderne e L'évolution de la matière* de Gustav Le Bon, de onde Alves dos Santos retira quase toda a informação; e para a crítica do imaterialismo de Berkeley e do intuicionismo de Bergson recomenda de Alfred Binet, *L'âme et le corps*.

Na parte respeitante à Filosofia biológica, o programa manda que se aborde o problema biológico, a origem e natureza da vida, o vitalismo, o animismo e o organicismo, a explicação mecanista da vida. Alves dos Santos acrescenta-lhes a teoria dos cosmozoários e a teoria de Prever, a plasmagonia, a autogonia, a teoria de Pflüger e a energética biológica.

O *animismo*, cujas raízes se devem procurar no antigo *bilozoísmo*, tem a *vida* como um *princípio específico original* irredutível às *forças mecânicas* e aos *fenômenos físico-químicos*» (pág. 73) e foi professado por Pitágoras, Platão, Aristóteles, Hipócrates, Paracelso. Van Helmont, S. Tomás e Stahl.

O *vitalismo* clássico, *integral* ou *puro* foi defendido pela escola médica de Montpellier e modernamente por Bordeu, Grimand, Barthez; o *novo vitalismo* ou vitalismo parcial por Claude Bernard, Cochin, Lodge, Driesch, Bohr e Bergson.

O *organicismo* «que é a doutrina predilecta do *materialismo*» (pág. 76), tem como principais representantes Cabanis, Broussais, Pinel, Bichat, Büchner cuja *Force et matière* cita amiúde. No entanto, para Alves dos Santos «seja qual for o juízo que se fizer desta *teoria*, parece-nos que uma *conclusão* se imporá a todos e é que ela não só não resolve o problema, como até o obscurece e ainda complica mais» (pág. 77). Já em relação à *autogonia* que é a teoria de Haeckel, satisfaz melhor, segundo Bernardo Aires nos seus *Princípios de biologia*, e o próprio Alves dos Santos.

O *mecanismo* é de todas as hipóteses a única que se presta a *verificação experimental*. Defendem-no Lamarck, Darwin, Haeckel, Spencer, «quase todos os grandes biólogos e fisiólogos modernos», Le Dantec, em França, e entre nós Miguel Bombarda, em livros que «levantaram grande celeuma nos arraiais pacatos da ortodoxia dominante» (pág. 83)⁴⁰.

Para Alves dos Santos, a «*explicação mecanista* continua a ser *parcial*» (pág. 85). Apoiando-se em Abel Rey pergunta Alves dos Santos:

«Escapa ao *mecanismo* o processo mesmo de formação inicial da *matéria viva* no laboratório da natureza? Mas isso pouco importa, desde que se sabe, com absoluta certeza, que nesse processo *não há, nem pode haver*, outras forças e outras energias que não sejam aquelas de que nos dá conhecimento a *mecânica*, a *física* e a *química*» (pág. 86).

⁴⁰ Alves dos Santos refere-se à obra de M. Bombarda *A consciência e o livre arbítrio*, 1898 e a *O materialismo em face da ciência* de M. Fernandes de Santana, polémica esta que ele cita em nota de rodapé.

Integrado no estudo do fenómeno da vida, está o problema antropológico — o da origem e natureza do homem, precisamente a última unidade didáctica do programa da VI.^a classe. Pertence o homem ao reino animal e dele descende, sob a influência da evolução; ou forma um *reino à parte* no Universo e tem a Deus por *autor imediato*? Este o problema antropológico, para a solução do qual duas teorias se perfilam: o *criacionismo* e o *evolucionismo*, este último com duas correntes — o *evolucionismo monista* de Darwin, Spencer, Haeckel, Delage e Le Dantec; e o *evolucionismo espiritualista* perflhado por alguns filósofos católicos.

Alves dos Santos começa por expor os factos *particulares* e *concretos* que demonstram a *origem animal* do homem. Evoca então as provas deduzidas pelos naturalistas e retiradas da morfologia comparada, da embriogenia, da disteleologia e da paleoetnologia. Nestas páginas, segue Huxley, Haeckel e a sua *História da criação natural* que cita abundantemente.

Várias objecções levantam os espiritualistas contra o transformismo. Sete ao todo. Para a resolução de tais dificuldades, Alves dos Santos evoca as autoridades de J. Lubbock, Pfungst, H. Pieron, as experiências de Thorndike e de Kinnaman com macacos, Alfred Espinas, Bechterew, W. Mac Dougall, autores cuja consulta das respectivas obras aconselha no fim da unidade.

A filosofia, em relação às ciências naturais, estuda para além do fenómeno da *vida*, os fenómenos da *consciência* (o problema psicológico), do *conhecimento* (o problema lógico), da *conduta* (o problema moral) e da *religiosidade* (o problema religioso).

O programa da VII.^a classe inicia-se com o estudo do problema psicológico. Este ocupa noventa e nove páginas, ou seja, um terço da obra. Aliás é o próprio Programa, como se pode constatar na página 62, que o exige, em razão sem dúvida, da já longa duração do ensino da Psicologia nos anteriores programas de Filosofia. Em relação ao tratamento é que tudo é novo e facilmente reconhecida a influência de Claparède, de Ribot, de William James, de Bechterew, de Binet. Só quando aborda, no final desta unidade, o fenómeno da linguagem e os seus problemas é que regressam as referências entusiastas a Darwin, Spencer e Le Dantec.

Em contrapartida, o problema lógico merece ao nosso autor apenas sete páginas e meia, seguindo nesta ciência, as teses de Ernst Mach e recomendando a leitura, entre outros, de Lachelier, *Du fondement de l'induction* (1910); A. Fouillée, *La pensée et les nouvelles écoles anti-intellectualistes* (1911) e Stuart Mill, *Le système de logique déductive et inductive* (1909), bibliografia, como podemos constatar, razoavelmente actualizada para a época da edição do manual, característica aliás comum da bibliografia de todas as unidades didácticas. É notável que ao tratar do problema lógico não haja qualquer referência à lógica formal aristotélica e que a *questão central* desta unidade seja a *verdade* e o *erro*, reduzindo o autor, pois, a lógica à gnosiologia e à epistemologia,

na perspectiva do empiriocriticismo de Ernest Mach e do seu *La connaissance et l'erreur*, (trad. francesa de 1908).

Depois do problema lógico, vem o problema moral ou da direcção da conduta. A moral, escreve Alves dos Santos, pode ser considerada sob *diferentes aspectos* ou em *várias acepções*: concepção *objectiva* da moral, concepção *subjectiva*, concepção *prática* ou *arte moral racional*; em relação ao critério para avaliar a *conduta moral*; e finalmente em relação ao *fim que se propõe a moral* (pág. 242).

A quarta concepção de moral refere-se à investigação do *critério objectivo* das distinções morais. E é assim que temos uma moral do *prazer*, uma moral de *simpatia*; uma moral da *utilidade*; uma moral da *honra*; uma moral da *solidariedade*; etc.» (pág. 243).

A moral, «sob uma forma sintética, é o conjunto dos deveres que se impõem à consciência; ou a obrigação de praticar certos actos que se reputam bons; e de omitir certos outros que se reputam maus. Qual o *fundamento* desta *obrigação*; ou qual deve ser o *critério* para distinguir o *bem* do *mal*, a *virtude* do vício? Eis o problema máximo da moral» (pág. 243-244).

Os *sistemas* arquitectados para resolver este *problema* podem agrupar-se nas seguintes categorias: 1) sistemas religiosos; 2) sistemas metafísicos; 3) sistemas positivistas; 4) sistemas científicos; e 5) sistemas paradoxais ou excêntricos. Pessoalmente, Alves dos Santos inclina-se para a moral científica e escreve: «Esta moral compreende o *biologismo* ou a *moral da vida* de Lévy-Bruhl; a *moral evolucionista* de Darwin, Spencer, Haeckel e Huxley; e «a *moral fisiológica* de Fleury». Entre os sistemas paradoxais ou excêntricos encontra-se o *imoralismo* de F. Nietzsche «que é uma ressurreição da *moral cínica*, da antiguidade», e a quem dedica uma página.

Chegados finalmente ao problema religioso, Alves dos Santos é pela primeira vez explicitamente crítico para com o Programa. Diz ele:

«No terreno da *filosofia científica*, o *problema religioso* deve formular-se em relação à *natureza* e às *origens da idea* ou do *sentimento religioso*; e não como o programa pretende, no sentido da investigação de uma *ordem sobrenatural* que, supondo especulações de ordem *teológica e metafísica*, está, por isso mesmo, fora daquele terreno. Outro tanto importa dizer das concepções filosóficas acerca da *existência e natureza da causa primeira*, que juntamente com a *noção de Providência*, pertencem aos domínios da chamada *filosofia racional* que, em última análise se reduz à *metafísica*. De conformidade, pois, com a nossa orientação, ocupar-nos-emos do *fenómeno da religiosidade*, procurando determinar-lhe as *origens* e definir-lhe a *natureza*» (pág. 263).

Para Alves dos Santos, torna-se indispensável distinguir entre as *origens históricas* das *religiões positivas* ou *organizadas* e a *gênese biopsíquica* da ideia de religião. A natureza da religiosidade é puramente *psicológica*: «Julgamos inútil insistir em que se trata dum *conceito* psicológico e não de *concepções históricas e sociológicas* (relativas à explicação da *origem histórica das crenças religiosas*) como são,

por exemplo, o *animismo* de Tiele e o *henoteísmo* de Max Müller» (pág. 265), informação que Alves dos Santos colhe em Ribot, para criticar as teses de Schleiermacher, Strauss, Lotz e Feuerbach que faz consistir a essência da religiosidade no *desejo* que o homem sempre manifestou «de aumentar a sua *vida* e o seu poder sobre si próprio, e sobre as *coisas* que constituem a natureza» (pág. 266).

O problema da natureza da religiosidade complica-se ainda mais «se ponderarmos que para certos alienistas e psiquiatras, e mesmo para alguns psicólogos, o *sentimento religioso* ou a *religiosidade* não passa de uma *doença do sistema nervoso*, de uma *psicopatia*, que está destinada a desaparecer com os progressos da ciência e da civilização» (pág. 267). E Alves dos Santos cita as opiniões de Cuvier, de Rasmussen, que «em 1905, publicou um estudo psicopático sobre Jesus, pretendendo demonstrar que, na personalidade deste, se encontravam nada menos do que dezasseis sintomas de *alienação mental* (acessos epiléticos, alucinações, vagabundagem, obsessões, ideias de grandeza. etc.); de Jules Soury que «concluiu que Cristo morreu num estado assaz avançado de paralisia geral e que a *crux* lhe poupou a demência final»; finalmente Binet-Sanglé que se esforçou por demonstrar que «Jesus, o degenerado, é um paranóico, atingido de loucura sistematizada» (pág. 268).

É notável que estas informações sejam dadas num manual destinado a jovens de dezasseis-dezassete anos, num país, segundo a ideologia dominante, de grande religiosidade. E tão ousada essa atitude que o próprio Alves dos Santos sente necessidade de amortecer o embate. Aceita então a teoria de Ebbinghaus e escreve:

«Para nós, a *religiosidade normal*... não acusa ou denuncia necessariamente uma *constituição psicopática* ou uma *degenerescência mental*. É certo que há *doentes do sentimento religioso*; mas cremos firmemente que a *religiosidade*, longe de ser uma *doença*, ou uma *anormalidade da consciência*, é antes uma *manifestação natural da vida*, e um *resultado*, embora *ilusório*, do *exercício das energias mentais*» (pág. 268).

Quanto ao problema da origem do sentimento religioso, sabendo o homem primitivo que não podia escapar à doença e à hostilidade do meio natural, «foi levado, por uma espécie de *transposição*, a *humanizar*, tudo isso, *criando* assim *seres semelhantes a si* no intuito de os *dispor em seu favor*, mediante o emprego de práticas análogas aquelas que usava para com os outros homens». Mas esta explicação não chega. Para Alves dos Santos, a *ignorância* e as *fobias*, «todos esses estados psíquicos, combinados com as manifestações da lei da necessidade, eis, em síntese, o que nos parece constituir a *razão suficiente dos fenómenos da religiosidade*. Donde se conclui, portanto, que este *fenómeno* mergulha as suas *raízes* na própria *constituição biológica do indivíduo*, sendo uma manifestação directa do *instinto fisiológico da conservação*; e revestindo por isso, desde o seu início, o *carácter utilitário*, que sempre manteve e do qual a *evolução* jamais o conseguiu despojar» (pág. 269-270).

A última unidade didáctica do programa da VII.^a classe é a *Sociologia* que Alves dos Santos, titula com mais rigor *Filosofia sociológica*. O Programa pede que sobre a origem, natureza e evolução das sociedades, se aborde o *materialismo* e o *intelectualismo histórico*. Alves dos Santos agrupa em três categorias as concepções dos sociólogos «acerca do que deve entender-se pelo *fenómeno gerador das sociedades humanas*: 1) a que atribui à *sociedade* uma origem *transcendental e divina*; 2) a que vê na *organização social* uma obra da *vontade humana* (Rousseau); 3) a que considera a *sociedade* como um produto *natural* e lento de *influências*, tanto *físicas*, como *fisiológicas, económicas e psíquicas*. Pertencem a esta última os seguintes sistemas: 1) o *quimismo etnológico* (Gobineau); 2) o *mesologismo* (Ratzel); 3) o *solidarismo orgânico* (Izoulet); 4) o *psiquismo social* (Roberty); 5) o *adaptacionismo* (Spencer); 6) o *gregarismo* (Ammon); 7) o *evolucionismo económico* (Lória e Marx); 8) o *demografismo* (Bouglé); 9) o *consciencionalismo específico* (Giddings); 10) o *imitacionismo* (Tarde); e finalmente, 11) o *sinergismo* (H. Mazel).

De imediato, se já nos espantava a referência ao fenómeno religioso como algo da alçada da psicopatologia, não menos surpreendente é a notícia acerca do *materialismo histórico* a que dedica quase duas páginas quando às restantes teorias lhes dedica duas, três linhas. Vale a pena citar na íntegra as suas palavras:

“O *evolucionismo económico*, a que também usa chamar-se *materialismo histórico*, é um sistema de interpretação, segundo o qual todos os fenómenos sociais devem ser atribuídos a *causas materiais e económicas*, que os teriam produzido sob a acção das *leis de bronze* do mais rigoroso *determinismo*.”

Alessandro Groppali caracteriza assim este sistema: o *materialismo histórico* não é uma teoria, no sentido rigoroso do termo; mas um *método* ou um *modo de interpretação*, um *instrumento de explicação da vida social*, ou antes, do *movimento histórico integral*, cujo conhecimento se obterá, considerando principalmente as *causas materiais e económicas do mecanismo* da sociedade.

São duas as *tendências* a que obedecem os sociólogos que perfilham este sistema. A primeira, de carácter absoluto e sistemático, tem como principal representante Achilles Lória, cujas doutrinas são antes uma aplicação dos princípios do *determinismo económico* à interpretação dos *fenómenos políticos*, do que uma *teoria materialista da história*. A segunda, que é aquela que melhor representa o pensamento de Marx e de Engels, e que constitui rigorosamente o sistema, manifesta-se nas obras de Labriola, Groppali, e doutros que melhor souberam, como estes, imbuir-se do espírito das doutrinas geniais de Karl Marx.

A ideia dominante da *escola* consiste em investigar os processos concretos de formação causal de todos os fenómenos sociais, pelo estudo das suas *condições materiais de existência e de desenvolvimento*.

O *materialismo histórico* estuda a *vida social* da humanidade, e o seu desenvolvimento histórico, à luz do *critério económico*.

É uma *crítica da estrutura social presente*, e um *método de reconstrução ideológica da estrutura social passada*.

Os postulados em que se baseia são estes: 1) a *dissolução* e a *meta-*

morfose da estrutura social operam-se pelo processo histórico dos *antagonismos imanes* (luta das classes); 2) as *forças produtivas* desenvolvem-se, ao mesmo tempo que o *antagonismo das classes*; 3) as revoluções servem para fazer desaparecer as *relações sociais*, que se tomam um obstáculo à expansão das forças produtivas.

Donde se conclui, portanto, que todo o *processo social* é subordinado ao *processo económico*; e a raiz mesma da *vida colectiva*, uma derivação e uma aplicação da *lei do interesse*.

Seja qual for a importância que se ligue a este sistema, a verdade é que ele explica um grande número de fenómenos da *composição social*; e, de certo modo, esclarece certos problemas obscuros, não só dessa *composição*, como também das *transformações* por que passam as sociedades já *organizadas* (ob. cit. pág. 284-286).

A bibliografia em que Alves dos Santos se apoia é a seguinte: Alessandro Groppali, *Saggi di sociologia*, s/d; Carlo Ferraris, *Il materialismo storico e lo stato*, 1897; A. Labriola, *Del materialismo storico*, 1896; e a sua própria obra *O problema da origem da família*, 1901. São as únicas referências bibliográficas em língua italiana, de todo o manual. Nas outras unidades didácticas, Alves dos Santos cita sempre autores e traduções francesas. Até que ponto Alves dos Santos conheceria o marxismo ou não passa de um citador (repare-se que cita Lória antes de Marx) é questão para averiguar. Não deixa, no entanto, de ser digno de registo, que nas obras para consulta que aconselha nesta unidade didáctica, figure em edição francesa, *L'origine de la Famille, de la propriété privée et de l'état* (Paris, 1893) de Engels.

Os *Elementos de filosofia científica*, agora que o acabamos de passar em revista, merecem mais aturada investigação para melhor o podermos situar no contexto da cultura filosófica entre nós, na época em que ele apareceu, e particularmente, na história do ensino da filosofia em Portugal durante a Primeira República.

Alves dos Santos estava consciente das resistências que a sua obra iria encontrar quer entre pais e educadores quer mesmo a nível político e dentro da Igreja católica. Em 1818, a finalizar o seu Prefácio à Segunda edição dos *Elementos* escreverá:

«Seja, porém, qual for o conceito que se forme da Filosofia, julgamos que, nos liceus, de preferência a quaisquer *noções feitas* sobre os *problemas filosóficos*, o que importa sobretudo é estimular e desenvolver, no ânimo dos alunos, o *hábito de reflectir* e ao lado do *senso crítico*, criar-lhes esse *espírito de curiosidade e de penetração*, que é a *alma mesma da Filosofia* e a razão dos seus melhores êxitos.

Se de tal guisa se houvera sempre praticado, escusávamos de andar (como ainda agora) a discutir, se é ou não necessário, nos liceus, o *ensino da Filosofia*, como que se fosse possível ministrar uma *cultura geral*, sem esse ensino!...» (ob. cit. pág. XI).

Deixaremos para uma Segunda Parte deste nosso trabalho, a história do ensino da Filosofia em Portugal, desde o 28 de Maio até aos nossos dias.

Bibliografia

Para além das obras dos respectivos autores e citadas ao longo do texto:

DUARTE, Manuel Dias, *História da filosofia em Portugal, nas suas conexões políticas e sociais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

DUARTE, Manuel Dias, *Filosofia e Pedagogia II. O modelo pedagógico do Ratio Studiorum*, in "O Professor", nº 87, Junho de 1986; *Filosofia e Pedagogia V. Programas de Filosofia*, in "O Professor", nº109 (Julho, 1988); nº 110 (agosto, 1988); nº 111 (Setembro, 1988).

FEY, Édouard, *O Ensino da filosofia em Portugal*, Lisboa, Brotéria, 1978.